

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP**  
**MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA**

**JOSÉ RIBEIRO MAGALHÃES**

**ESTUDO DA EVIDENCIAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL: O  
CASO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE  
LUZ SÍNCROTRON (ABTLuS).**

**SÃO PAULO**

**2003**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP**  
**MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA**

**JOSÉ RIBEIRO MAGALHÃES**

**ESTUDO DA EVIDENCIAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL: O  
CASO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE  
LUZ SÍNCROTRON (ABTLuS).**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares  
Penteado – UNIFECAP, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Controladoria e  
Contabilidade Estratégica.

Orientador: Prof. Dr. Anísio Cândido Pereira

**SÃO PAULO**

**2003**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP

Reitor: Prof. Manuel José Nunes Pinto

Vice-reitor: Prof. Luiz Fernando Mussolini Júnior

Pró-reitor de Extensão: Prof. Dr. Fábio Appolinário

Pró-reitor de Graduação: Prof. Jaime de Souza Oliveira

Pró-reitor de Pós-Graduação: Profª Drª Maria Sylvia Macchione Saes

Coordenador do Mestrado em Administração de Empresas: Prof. Dr. Dirceu da Silva

Coordenador do Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica: Prof. Dr. João B. Segreti

## FICHA CATALOGRÁFICA

M188e Magalhães, José Ribeiro  
Estudo da evidenciação do balanço social: O caso da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS) / José Ribeiro Magalhães. - - São Paulo : UniFecap, 2003  
156p.

Orientador: Prof. Dr. Anisio Candido Pereira

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Álvares Penteado – UniFecap – Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

1. Balanço Social 2. Responsabilidade Social 3. Estudo de Caso

**CDD 657.3**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**JOSÉ RIBEIRO MAGALHÃES**

### **ESTUDO DA EVIDENCIAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON (ABTLuS).**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

#### **COMISSÃO JULGADORA**

---

Prof. Dr. Roberto Kanaane  
Centro Universitário Monte Serrat – Santos/SP

---

Prof. Dr. Antonio Robles Júnior  
Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP

---

Prof. Dr. Anisio Candido Pereira  
Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP  
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

**São Paulo, 14 de maio de 2003**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa Lucilene Roque Magalhães, à minha filha Gabriela Magalhães e ao meu filho Guilherme Ribeiro Magalhães, pela constante compreensão e incentivo de caminhar sempre em frente e que, sem dúvida, foram aqueles que mais sentiram, por inúmeras vezes, a minha ausência nestes anos de dedicação a este estudo e tiveram a paciência necessária para o entendimento quando da renúncia a inúmeros desejos.

Aos meus pais, Benedito Ribeiro da Silva e Maria Magalhães, pelo exemplo de vida, pela educação e pelo constante apoio e incentivo nas horas difíceis.

Aos meus irmãos, Doralice e Jason Ribeiro Magalhães, e ao meu cunhado, Carlos, também, o meu reconhecimento pelo apoio recebido.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e pela proteção divina que nunca, nem por um segundo sequer, me faltou durante esta minha existência.

Agradeço, ainda, ao meu orientador, professor Dr. Anísio Cândido Pereira, pela atenção a mim destinada, quando, sempre com boa vontade, estava disposto a atender-me, meus eternos agradecimentos.

À direção da empresa, objeto deste estudo, representada pelos Profs. Cylon Gonçalves da Silva, Prof. José Antônio Brum, Dr. Constantino Esper Neto e Pedro Fernandes Tavares, cujo apoio e incentivo foram decisivos para esta minha empreitada.

Aos colaboradores da instituição, igualmente, pela disponibilização das informações e por muitos outros auxílios, na figura de Roberto Medeiros, Eduardo Frare, Hélio Tolentino, Margarida, Pereira, Gislaine, Jair, Libeca, Luciane, Diane, Lapa, Cleonice e Eduardo Ortolan.

À coordenadora do curso de mestrado, professora Dra. Nena Geruza Cei, pela excelente condução do curso, e à secretaria do mestrado, representada pela Amanda e pela Célia, sempre muito atenciosas e incentivadoras.

Ao meu amigo e também incentivador, Joubert da Silva Jerônimo Leite.

A todas essas pessoas, minha gratidão pelo desprendimento e valiosa atenção a mim dispensadas.

## RESUMO

Os governantes da administração pública disponibilizam anualmente vultosas subvenções para organismos públicos a fim de que desenvolvam determinadas operações visando beneficiar a sociedade.

É dever das instituições mantidas com recursos públicos prestar contas da sua atuação, esclarecendo para a sociedade o que faz com os recursos pecuniários que a elas são repassados, com a finalidade que esta possa tomar conhecimento do que efetivamente estas instituições têm destinado aos contribuintes.

O objetivo central deste trabalho foi elaborar o Balanço Social de um laboratório de pesquisa e desenvolvimento, dando ênfase principalmente aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que é mantido especialmente com recursos públicos federais, o qual tem entre os inúmeros objetivos, dentre os quais disponibilizar uma fonte de luz síncrotron para os pesquisadores brasileiros.

Para alcançar este objetivo, utilizou-se o método de estudo de caso pelo qual foram avaliados os principais indicadores sociais da instituição, analisando-se a instituição em razão da sua missão social.

O resultado destas operações pôs em destaque o que a instituição faz pelo social, propondo-se a servir de parâmetro, com base nos dados coletados, aos usuários internos, representados também pelos gestores, bem como aos externos, segundo as medidas de gerenciamento da instituição.

Foi realizado um estudo sobre as principais ações da instituição e a contribuição deste laboratório à comunidade, em especial para à comunidade científica brasileira.

A avaliação final dos trabalhos desenvolvidos, para a elaboração desta pesquisa, aponta para a oportunidade e a relevância do Balanço Social, no ajuizamento da instituição no que concerne à sua contribuição à comunidade e, em especial, à comunidade científica.

## **ABSTRACT**

Great amounts are made available annually by the government to the institutions related to public organizations for the development of operations aiming the benefits for the society.

Public resources maintain the institutions and is necessary to keep the society informed about their actions so that the taxpayers can acknowledge what good it has effectively brought.

The main objective of this work was to elaborate a Social Balance of a research and development laboratory, maintained by the federal government with several objectives, but mainly to offer a synchrotron light source for the Brazilian researchers.

In order to accomplish this objective the method of a study case was used and through which the main social indicators of this institution were analysed to evaluate if the institution is complying with its social mission.

The results, besides enhancing its social contribution, will serve as guidelines for the decision makers of the institution based on the collected data.

A research was carried out on the main actions of the institution and what the results have brought to the community, mainly for the Brazilian scientific community.

The final results of this research work, structured on a social balance proposal, give evidence that the institution is truly achieving its institutional mission and that it has contributed to the advancement of Brazilian scientific research.

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA.....</b>	<b>V</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>VI</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>VIII</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>X</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>XIV</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>XV</b>
<b>LISTA DE ANEXOS .....</b>	<b>XV</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES.....</b>	<b>XV</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>XVI</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<i>Justificativa.....</i>	<i>3</i>
<i>Problema da Pesquisa.....</i>	<i>4</i>
<i>Objetivos do Trabalho de Pesquisa.....</i>	<i>5</i>
<i>Metodologia da Pesquisa .....</i>	<i>6</i>
<i>Referências Bibliográficas.....</i>	<i>9</i>
<i>Delimitação do Trabalho.....</i>	<i>11</i>
<i>Estrutura do Trabalho.....</i>	<i>11</i>
<b>CAPÍTULO 1 – O BALANÇO SOCIAL.....</b>	<b>13</b>
<i>1.1 – Introdução.....</i>	<i>13</i>
<i>1.2 – Aspectos Históricos do Balanço Social.....</i>	<i>14</i>
<i>1.3 – Balanço Social – definição, finalidade, utilização e usuários.....</i>	<i>17</i>
<i>1.4 – Informações Inseridas no Balanço Social.....</i>	<i>22</i>
<i>1.5 - A Demonstração do Valor Adicionado ( DVA ) .....</i>	<i>25</i>
<i>1.6 – Legislação.....</i>	<i>36</i>
<i>1.7 – Avaliação do Balanço Social.....</i>	<i>36</i>
<i>1.8 – O Balanço Social no Brasil.....</i>	<i>38</i>
<i>1.8.1 – Balanço Social – A Realidade Brasileira.....</i>	<i>40</i>
<i>1.8.2 – Mudanças dos Aspectos Comportamentais.....</i>	<i>45</i>
<i>1.8.3 – Organizações e Municípios que Objetivam Mudanças.....</i>	<i>47</i>

1.8.4 – A Óptica Empresarial.....	50
1.9 – O Balanço Social no Exterior.....	52
1.10 – O Meio Ambiente e o Balanço Social.....	56
<b>CAPÍTULO 2 – CONTEXTO GERAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON – ABTLuS.....</b>	<b>63</b>
2.1 – Introdução.....	63
2.2 – Constituição Jurídica da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron .....	64
2.3 – O que é o Contrato de Gestão.....	71
2.4 – A Missão.....	76
2.5 – Dos Recursos Financeiros.....	77
<b>CAPÍTULO 3 – O BALANÇO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON.....</b>	<b>80</b>
3.1 – Considerações Iniciais do capítulo.....	80
3.2 – Balanço Social Proposto pelo IBASE.....	81
3.3 – Balanço Social Proposto por Kroetz.....	83
3.4 – Comparações entre os dois modelos.....	85
3.5 – Demonstração do Valor Adicionado da ABTLuS.....	86
3.6 – Modelo de Balanço Social proposto .....	90
3.6.1 – Considerações sobre o Balanço Social proposto .....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>134</b>
ANEXO A – Projeto de Lei Federal número 3.116/97 de 14/05/1997.....	135
ANEXO B – Lei Municipal 8.116 de 05/01/1998 – Porto Alegre – RS.....	143
ANEXO C – Lei Estadual número de 11.440 de 18/01/2000 – Rio Grande do Sul.....	147
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>152</b>
APÊNDICE A – Balanço Patrimonial em 31 de dezembro.....	153
APÊNDICE B – Demonstração do Superávit .....	154
APÊNDICE C – Planilha de esclarecimentos dos indicadores sociais.....	155

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Demonstração do Valor Adicionado proposto por Kroetz.....	33
QUADRO 2 -	Demonstração do Valor Adicionado proposto por Tinoco.....	34
QUADRO 3 -	Evolução do Balanço Social no Brasil .....	40
QUADRO 4 -	Localização dos Laboratórios Síncrotron ao redor do mundo.....	69
QUADRO 5 -	Balanço Social proposto por Kroetz.....	84
QUADRO 6 -	Demonstração do Valor Adicionado da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron.....	87
QUADRO 7 -	Nível de confiabilidade da fonte de luz síncrotron dentre alguns laboratórios no mundo.....	91
QUADRO 8 -	Balanço Social proposto .....	93
QUADRO 9 -	Gastos com o programa de auxílio financeiro para pesquisadores de instituições brasileiras no ano de 2001.....	99
QUADRO 10 -	Instituições beneficiadas pelo programa de auxílio a pesquisadores brasileiros no ano de 2001.....	101
QUADRO 11 -	Dispêndios com o programa de auxílio financeiro para pesquisa- de instituições Latino-americanas e Caribe em 2001.....	103
QUADRO 12 -	Países, pesquisadores, instituição e quantidade de pesquisadores por instituição, beneficiados pelo programa de auxílio financeiro para pesquisadores de instituições Latino-americanas e Caribe em 2001....	104
QUADRO 13 -	Cursos oferecidos, pela ABTLuS, durante o ano de 2001.....	115
QUADRO 14 -	Evolução dos projetos, por distribuição geográfica, brasileiros realizados nas linhas de luz desde 1997.....	116
QUADRO 15 -	Distribuição dos projetos, por laboratórios, das instalações de micro e nanotecnologias em 2001.....	118

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Subvenções recebidas nos anos de 1999, 2000 e 2001.....	79
GRÁFICO 2	Estados brasileiros beneficiados pelo Programa de Auxílio Pecuniário a Pesquisadores de Instituições Brasileiras em 2001...	102
GRÁFICO 3	Países beneficiados pelo programa de auxílio financeiro para pesquisadores de instituições Latino-americanas e do Caribe, durante o ano de 2001 .....	104
GRÁFICO 4	Horas de Operação dos Microscópios.....	109
GRÁFICO 5	Evolução, de 1998 a 2001, das publicações científicas resultantes do uso das instalações do LNLS.....	112

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A:	Projeto de Lei federal número 3.116/97, de 14/05/1997.....	135
ANEXO B:	Lei Municipal número 8.116, de 05/01/1998 – Porto Alegre.....	143
ANEXO C:	Lei Estadual número 11.440, de 18/01/2000 – Rio Grande do Sul...	147

## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A:	Balanço Patrimonial da ABTLuS.....	153
APÊNDICE B:	Demonstração do Superávit da ABTLuS.....	154
APÊNDICE C:	Planilha de esclarecimentos dos indicadores sociais.....	155

**LISTA DE ABREVIATURAS**

ABTLuS	Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBIME	Centro de Biologia Molecular Estrutural
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CMTC	Companhia Municipal de Transportes Coletivos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FAPESP	Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FEA	Faculdade de Economia e Administração
FEG	Microscópio eletrônico de varredura com canhão de emissão de campo
FIDES	Fundação Instituto de Desenvolvimento Social e Empresarial
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IOB	Informações Objetivas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LME	Laboratório de Microscopia Eletrônica
LMTA	Laboratório de Força Atômica e Tunelamento
LNLS	Laboratório Nacional de Luz Síncrotron
LV	Microscópio eletrônico de varredura de baixo vácuo

MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MF	Ministério da Fazenda
MIC	Laboratório de Microfabricação
OPT	Grupo de Optoeletrônica
OS	Organização Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PRONEX	Programa de Apoio a Núcleos de Excelência
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
TEM	Microscópio eletrônico de transmissão
TEO	Grupo de Teoria
USA	United State of America (Estados Unidos da América, em Português)
USP	Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

Os Balanços Sociais elaborados e publicados no Brasil são, na maioria, balanços de empresas privadas com finalidades lucrativas e, evidentemente, apresentam resultados próprios destes empreendimentos, relacionados às suas características, tendo em vista a geração de lucros.

As empresas privadas, com finalidades lucrativas, prestam determinadas informações sobre os resultados de suas atividades de caráter social aos seus sócios, financiadores, empregados, governo, bem como à própria comunidade, dentre outros elementos a elas ligados.

No mundo globalizado, de competitividade e da crescente expansão das informações, especialmente em países desenvolvidos cultural e socialmente, há uma maior pressão da sociedade para que as empresas e as instituições públicas divulguem os seus resultados, não simplesmente os econômicos e financeiros, mas também os benefícios de caráter social. Aumenta a cobrança da sociedade, exigindo dos empresários e do governo uma postura melhor e mais clara do que efetivamente se faz pelo social.

Desta forma, as empresas que queiram se manter no mercado têm necessidade de corresponder às expectativas da demanda de informações, externando à sociedade o que efetivamente têm destinado ao meio social no qual está inserida.

Todas as empresas, inclusive as caracterizadas como de terceiro setor, necessitam evidenciar como é a sua gestão e qual tem sido a sua parcela de contribuição para uma efetiva melhoria da sociedade.

Neste trabalho de pesquisa, conforme estudo voltado ao Balanço Social, constata-se que, apesar de o tema estar caminhando para uma melhor aceitação por parte das empresas instaladas no Brasil e, em que pese ao universo de empresas existentes no país, são poucas, ainda, as instituições que elaboram e publicam os seus Balanços Sociais. Considerando-se que, além de não ser obrigatória a sua elaboração, não existe um modelo padrão a ser seguido pelas empresas.

O modelo de Balanço Social proposto por meio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é um importante demonstrativo que evidencia variados indicadores e tem sido aplicado, de forma geral, pela maioria das empresas que elaboram os seus Balanços Sociais, evidenciando assim que é um modelo aceitável por aquelas empresas que disponibilizam informações relativo as suas ações sociais.

## **Justificativa**

Os demonstrativos das operações sociais da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), anualmente externados para o público, no Relatório Anual de Prestação de Contas do Contrato de Gestão, trazem inúmeras e diversificadas informações relacionadas à atuação desta instituição.

A proposta deste trabalho visa, além de contribuir para uma melhora nos indicadores de empresas brasileiras que elaboram os seus Balanços Sociais, demonstrar para a sociedade, as ações do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), gerenciado pela ABTLuS, propondo, na medida do possível, tratar essas operações de uma maneira mais clara, objetiva e padronizada.

Procura-se dar, para isso uma melhor evidenciação dos principais objetivos institucionais do LNLS, com base nestes elementos: pesquisas desenvolvidas internamente, equipamentos de alta tecnologia colocados à disposição dos pesquisadores, quantidade de usuários da infra-estrutura do LNLS, número de trabalhos científicos publicados em revistas especializadas, transferência de tecnologia para a sociedade, dentre outros indicadores.

Propõe-se a elaboração de um demonstrativo social, segundo o qual serão elencadas as ações operacionais da instituição. Em virtude do caráter social para o qual a instituição foi criada, estas ações operacionais, acabam convergindo para ações efetivamente sociais, o que torna esta evidenciação ainda mais importante. Procura-se, então, demonstrar, ou não, a parcela de contribuição da instituição no desenvolvimento científico e tecnológico do país.

A instituição é mantida com recursos públicos e, da mesma forma que ela, todos os outros órgãos que recebem subsídios governamentais, obrigatoriamente deveriam adotar este mesmo procedimento, na medida em que esta evidenciação representa efetivamente uma prestação de contas a sociedade para que esta tome conhecimento detalhado de como as instituições estão investindo os recursos públicos que a elas estão sendo canalizados.

Procura estruturar estas ações operacionais por meio de uma visão social e elencá-las em modelos de balanços sociais já existentes, e por um modelo que será proposto. Além de constatar as suas atuações gerais, serão elencadas as atuações mais específicas da instituição.

Este modelo de Balanço Social propõe-se também a servir como mais um demonstrativo para auxiliar no gerenciamento institucional, tanto no ambiente interno, como no externo.

## **Problema da pesquisa**

O problema deste trabalho de pesquisa é encontrar elementos para que se possa estruturar um balanço social, que também poderá ser utilizado como um demonstrativo de características gerenciais, com o propósito de que os resultados desta pesquisa possam ser utilizados pela sociedade e pelos gestores empresarial, para que por meio destas informações, eles possam conhecer melhor a instituição a que estão intrinsecamente ligados, servindo de “*disclosure*” e como mais um instrumento na condução da instituição.

A questão proposta para a pesquisa é a seguinte:

**A elaboração do Balanço Social da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron poderá servir como um instrumento referencial de evidenciação das atividades desta instituição para a sociedade ? Será que os gestores poderão utilizar este demonstrativo como mais um instrumento no planejamento, controle e execução das atividades deste laboratório de pesquisa ?**

## **Objetivos do Trabalho de Pesquisa**

O objetivo deste trabalho de pesquisa é o de elaborar o balanço social da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), com o

propósito de se tomar conhecimento das suas atividades operacionais que tem características sociais e gerenciais. Serão destacadas aquelas atividades consideradas de maior relevância, com ênfase aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, objetivando oferecer a sociedade uma maior evidenciação das atuações da instituição.

Para enriquecer este trabalho de pesquisa, serão apresentados dois modelos de balanço social adotados em nosso país, além da elaboração de um modelo que será proposto com uma maior diversidade de dados, almejando abrir as informações de como têm sido aplicadas as subvenções que foram repassadas à instituição, para que, desta forma, esse demonstrativo possa servir de parâmetro às decisões dos gestores, auxiliando no planejamento, execução e controle das atividades.

### **Metodologia da Pesquisa**

Foi feito um estudo de caso explanatório, por entender que seria a melhor maneira de tornar claro os objetivos propostos, haja vista o que os resultados deste modelo de Balanço Social pudessem representar na evidenciação das informações, tanto para a comunidade científica, para a sociedade em geral, como para os próprios dirigentes da instituição.

Segundo Erskine; Leenders (1989),

“Um caso é a descrição de um problema ou decisão administrativa apresentado normalmente sob o ponto de vista do tomador de decisão que está envolvido.”

Para Yin (2001:20),

“ Os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.”

Ainda conforme Yin (2001:32),

A investigação de estudo de caso,

- Enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado,
  
- baseia-se em várias fontes de evidência, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado,

- beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

O modelo do Balanço Social proposto é referente à Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS) instalada na cidade de Campinas no estado de São Paulo. A ABTLuS é uma Organização Social estabelecida pelo Decreto Lei 2.405/97 e responsabiliza-se por operar o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS).

Para alcançar o objetivo deste trabalho de pesquisa identificou-se as atuações da instituição por meio de buscas em relatórios internos, artigos, revistas, entrevistas com pesquisadores, gerentes e colaboradores, além de outros meios.

Procura-se evidenciar a dupla função social da instituição, uma vez que, além da geração de riqueza e da distribuição desta para a sociedade, ela interage com a comunidade, em geral e, em uma segunda instância, com a comunidade científica que está diretamente relacionada com o LNLS.

A omissão ou a inexistência, no “*disclosure*” deste laboratório de pesquisa e desenvolvimento, de determinadas atuações no campo social, de uma maneira mais organizada, levam a crer que a evidenciação dos demonstrativos da instituição não esteja completa, já que não haveria uma

efetiva clareza do que a instituição tem feito pela comunidade e, conseqüentemente, não estaria atendendo a todos os usuários das informações, como objetiva o Balanço Social, visto que estará faltando um maior detalhamento das informações prestadas à comunidade.

Enfoca-se aqui o modo de como têm sido aplicados os recursos financeiros que são confiados, seja no desenvolvimento de projetos, seja nos gastos com cientistas de outras instituições de pesquisa, seja nos investimentos efetuados em equipamentos de instrumentação científica, ou na segurança e confiabilidade do seu produto final.

Analisa-se os indicadores, com características sociais, para deles ter-se um maior grau de detalhamento nos quais conste a quantidade de publicações relacionadas às pesquisas científicas desenvolvidas com o uso da infra-estrutura da instituição e com a participação direta ou indireta de pesquisadores que a ela estejam ligados.

A comunidade, tanto interna como externa, poderia estar se valendo destas informações para melhor conhecer a instituição que, direta ou indiretamente, está colaborando para a sua melhoria ou manutenção.

## **Referencias Bibliográficas**

O objetivo central da revisão bibliográfica é o de se realizar um estudo em documentação relacionada ao tema, seja por meio de leitura de livros, artigos, jornais, *sites*, entre outros meios que estabeleçam relação com o estudo proposto nesta Dissertação.

Esta pesquisa selecionou o trabalho do Prof. Tinoco, João Eduardo Prudêncio - *Balanço Social – Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações*, como referencial teórico, pois o autor além de ser um dos precursores do estudo do Balanço Social no Brasil, sua obra é abrangente e oferece informações necessárias que visam um conhecimento mais aprofundado da questão social.

Por haver poucos trabalhos relacionados ao Balanço Social, incluindo-se os das instituições públicas e privadas do terceiro setor, procura-se elaborar um balanço social para ser aplicado à instituição em questão, visando contribuir de maneira efetiva na melhoria desta realidade vivenciada atualmente na sociedade brasileira.

Para que os objetivos sejam alcançados, pretende-se minimizar os erros e as omissões dos dados, uma vez que este estudo envolve inúmeros e diversificados indicadores que serão avaliados.

Um estudo de diversas variáveis, objetivando detectar, selecionar e evidenciar aquelas variáveis fundamentais para o trabalho em questão, requer

o método de estudo de caso visando a alcançar a melhor maneira de estruturar os objetivos a que esta pesquisa se propõe.

### **Delimitação do Trabalho**

Embora existam inúmeras e diversificadas instituições de pesquisa e desenvolvimento em nosso país, procura-se abordar as ações da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS) pela sua importância para à comunidade, particularmente a científica.

Para que esta pesquisa possa alcançar plenamente os seus objetivos serão evidenciados os aspectos mais relevantes das operações desta instituição, que é classificada como do terceiro setor, no que tange a sua contribuição para a comunidade geral e a científica.

### **Estrutura do Trabalho**

Este trabalho está dividido em três capítulos elencados de maneira que se possa ter um melhor entendimento do assunto tratado com a finalidade de se responder ao problema inicialmente expresso. Os capítulos estão divididos em itens, para facilitar o entendimento e a conclusão das idéias aqui trabalhadas.

No primeiro capítulo, apresentam-se os itens seguintes: informações para uma definição do Balanço Social; seus aspectos históricos; definição; finalidade; utilização; usuários; as informações nele inseridas; a Demonstração do Valor Adicionado (DVA); a Legislação e a sua avaliação; o Balanço Social no Brasil; a realidade brasileira; as mudanças nos aspectos comportamentais; as Organizações e Municípios que objetivam mudanças relacionadas ao Balanço Social; a óptica empresarial; o balanço social no exterior; e, por fim, os aspectos relacionados ao Meio Ambiente e ao Balanço Social.

No segundo capítulo, apresenta-se o contexto geral da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron, sua constituição jurídica; a definição de um Contrato de Gestão, sua missão, e, por fim, as fontes de recursos financeiros da instituição de que aqui se trata.

No terceiro e último capítulo, é apresentado o Balanço Social proposto pelo Ibase e por Kroetz (2000:139); foram feitas algumas comparações entre estes dois modelos; é evidenciada a Demonstração do Valor Adicionado da instituição; o modelo de Balanço Social e, por fim, são feitas algumas considerações sobre o Balanço Social proposto.

## **CAPÍTULO 1 - O BALANÇO SOCIAL**

### **1.1 – Introdução**

Neste capítulo, são abordados aspectos gerais do Balanço Social com a finalidade de que se tome conhecimento mais específico do tema.

São tratados, então, os primeiros relatos de que se tem registro a respeito do Balanço Social, do modo como surgiu e o que se almejava; como ele é definido, qual a sua finalidade, a que serve e quais os usuários das informações inseridas na sua estrutura, além da sua avaliação.

Apresenta-se como está a situação atual relacionada à legislação do Balanço Social no Brasil e como ele está sendo encarado pela sociedade brasileira e mundial.

Finalmente, enfoca-se o aspecto ambiental, relacionado ao Balanço Social, como um elemento que tem uma interação cada vez mais direta com as ações de toda a sociedade.

## 1.2 – Aspectos Históricos do Balanço Social

Por meio da organização da sociedade, insatisfeita com o comportamento do meio empresarial e do governo, e exigindo mudanças, é que efetivamente começaram a se tornar realidade os primeiros relatórios sociais no mundo.

Rioli (1997:2) informa-nos o seguinte:

“Foi nos anos 60 que floresceu a idéia de se divulgar as atividades sociais da empresa juntamente com o relatório sobre o seu desempenho econômico-financeiro, decorrência, ao nosso ver, de dois movimentos de origem e natureza distintas que agiram como catalisadores para a elaboração e publicação do então denominado relatório social e, consagrado nos anos 70 com o nome de balanço social. Esta última expressão é mais adequada, visto que o relatório em questão deve apresentar aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho sócio-econômico da empresa.”

Segundo Tinoco (2001:25),

“Em decorrência da Guerra do Vietnã, a administração Nixon e as empresas que o apoiavam foram severamente criticadas. [...] Clamava-se pelo fim da guerra, mas exigia-se que as empresas adotassem nova postura, moral e ética, perante os cidadãos. Exigências foram feitas no sentido de as empresas preocuparem-se menos com os aspectos financeiros...[...] mas passarem a dar acolhida, às relações sociais na empresa, dentro e fora desta. Surgiram daí as primeiras informações sociais, que passaram a ser publicadas juntamente com o balanço patrimonial.[...] Assim, no decorrer dos anos 60, os programas políticos, em particular as mensagens sobre o estado da União, continham um número crescente de dados dos sociais.”

As informações a seguir foram relatadas com base em Tinoco (2001:26).  
A partir da década de 60 foi que os cidadãos, especialmente da Europa e dos Estados Unidos, passaram a exigir uma nova postura por parte dos políticos e dos empresários.

Os trabalhadores começaram a cobrar dos empresários uma maior evidenciação do aspecto social e não simplesmente uma visão econômico-financeira, visto que uma crescente desigualdade social se enraizava nas empresas, o que provocou repúdio por parte dos trabalhadores fazendo que ocorressem muitas vezes violentos protestos, em especial contra algumas empresas multinacionais.

Os trabalhadores passaram a fazer exigências às organizações tendo em vista não obterem simplesmente informações relativas a seu desempenho econômico, mas, também, sobre o que as instituições estavam fazendo pelo desenvolvimento social.

Com base nesses movimentos é que se têm as primeiras evidências do surgimento do Balanço Social.

A partir da década de 60, algumas empresas norte-americanas e européias começaram a evidenciar os aspectos econômicos das empresas e, também, os aspectos sociais das corporações; passaram também a informar sobre as condições de trabalho, a evolução do emprego, a utilização do lucro, etc.

Em virtude da Guerra do Vietnã e dos movimentos estudantis na França e na Alemanha, no ano de 1968, e, em conseqüência, dos problemas sociais, as primeiras noções de balanço social se multiplicaram.

Foi a França o país precursor da obrigatoriedade, por meio da Lei n.º 77.769, de 12 de julho de 1977, de elaboração anual do Balanço Social para todas as empresas instaladas naquela nação, fossem elas públicas ou privadas e que tivessem 300 ou mais funcionários.

### **1.3 – Balanço Social – definição, finalidade, utilização e usuários**

Após a pesquisa empreendida, ficou evidente que existem inúmeras definições, finalidades, utilizações e usuários do Balanço Social, visto que os pesquisadores, por meio da literatura específica, procuram maneiras individualizadas de expressar o que vem a ser este demonstrativo. Em suma, porém, as suas diretrizes sempre acabam convergindo para um sentido amplo porém indicativo de balanço social.

Em se tratando de um mesmo assunto, pode-se ter uma abertura maior ou menor da informação a ele relacionado, mas não se pode chegar a resultados totalmente discrepantes uns dos outros.

De acordo com Ludícibus; Martins; Gelbcke (2000:31),

“O Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. Possui quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de

Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.”

Nas palavras de Sucupira; Silva; Freire (2001:124),

“Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos. É um indicador cristalino da forma como ela é administrada. Por meio dele, a empresa mostra o que faz por seus empregados, dependentes e pela população que recebe influência direta. É uma forma de dar transparência as suas atividades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É um mecanismo de construção de vínculos mais estreitos entre a empresa e a sociedade.”

Embora expresso anteriormente a informação de que o Balanço Social é um documento publicado anualmente, cabe ressaltar que este demonstrativo pode ser confeccionado e publicado tantas e quantas vezes forem necessárias para o que basta simplesmente haver interesse da instituição.

Para Tinoco (2001:14),

“Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das

entidades, ao mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.”

As empresas brasileiras que, necessariamente devem observar a Lei Nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, de 15 de dezembro de 1976, têm por obrigatoriedade elaborar os seus Demonstrativos Contábeis, com a finalidade de apurar o seu resultado, durante um determinado período, relativo ao Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, entre outros documentos. Estes demonstrativos interessam a uma parte dos usuários das informações, ou seja, particularmente, aos seus acionistas, proprietários e governo.

Estes demonstrativos técnicos, além de serem de difícil compreensão para a maioria das pessoas, não evidenciam o que a instituição tem destinado à sociedade, ou seja, não demonstram como a empresa tem considerado o seu papel no desenvolvimento social.

O Balanço Social tem como meta fazer que estas demonstrações sejam vistas de um outro ângulo, ou seja, elas deverão complementar os demonstrativos da empresa fazendo que a outra parte dos usuários das informações tomem conhecimento de características distintas daquelas econômico-financeiras.

A proposta do Balanço Social é fazer que estes usuários sejam suportados pelos aspectos sociais da empresa, dentre os quais, ressalte-se o

que ela tem efetivamente feito pelos seus funcionários, pela comunidade, pelo meio ambiente e como tem sido feita a distribuição da riqueza por ela gerada.

Informa Souza (1997:2) a,

“O Balanço Social atende a todos. Para os dirigentes, oferece os elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm a garantia de que as expectativas cheguem até os patrões de uma maneira sistematizada e quantificada. Os fornecedores e investidores passam a conhecer a maneira como a empresa encara a responsabilidade em relação ao quadro humano, o que representa um indicador de como a empresa é administrada. [...] vários são os itens de verificação das atividades sociais: educação, saúde, atenção a mulher, preservação do meio ambiente, condições para a melhoria de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, geração de renda e criação de postos de trabalhos.”

São inúmeros e variados os usuários das informações disponibilizadas, por meio do Balanço Social, dentre os quais destacam-se: funcionários, sócios, consumidores, investidores, governo, comunidade, entre outros interessados.

O Balanço Social é um sistema organizacional de indicadores de suma importância tendo em vista evidenciar o compromisso da empresa relativo à responsabilidade social. O Balanço mostra como é a gestão dos administradores da empresa e as suas estratégias no campo social.

Se os indicadores elencados no Balanço Social forem trabalhados de forma transparente, sem insuficiência de informações, torna-se uma ferramenta de muita utilidade para a sociedade.

Os usuários, inclusive os internos, poderão utilizar esta ferramenta para esclarecerem as atividades da empresa, tirarem dúvidas, tomarem decisões, e verificarem os seus acertos e suas deficiências.

Os indicadores servem de suporte para direcionar decisões, pois evidenciam, de forma simples e compreensível, como o empreendimento está agindo em determinada atividade e período de tempo. São, assim, um instrumento complementar para auxiliar na condução da gestão empresarial.

Por meio de dados obtidos nos diversos departamentos da empresa obtêm-se todos os indicadores necessários para a confecção do Balanço Social. Estes indicadores elencados no Balanço Social evidenciam o efeito das ações dos gestores, que, por inúmeras vezes, acabam passando despercebidas por não se ter um conhecimento mais aprofundado do seu próprio empreendimento.

Em virtude das informações obtidas no Balanço Social, os gestores podem fazer deste um documento auxiliar para ser utilizado no planejamento, execução e controle empresarial.

Conforme anteriormente verificado, toma-se conhecimento da importância do Balanço Social para toda a sociedade, uma vez que, por meio das informações contidas em sua estrutura, podem-se obter inúmeros e diversificados dados, para os mais distintos usuários, para as mais diferentes utilidades e para inúmeras formações de juízos. Desta forma, este demonstrativo estará cumprindo os seus verdadeiros propósitos.

#### **1.4 – Informações inseridas no Balanço Social**

Na execução dos Balanços Sociais das empresas, inúmeros indicadores serão evidenciados e, como ainda não há uma legislação que obrigue as empresas a publicarem os seus demonstrativos sociais, há divergências com relação ao que uma ou outra empresa evidencia à comunidade.

É obvio que os aspectos relacionados à entidade os quais venham a denegrir a imagem da empresa não serão evidenciados à sociedade por meio do Balanço Social. Por outro lado, as ações, cujo propósito seja melhorar a imagem da instituição, com certeza, terão destaque nesse demonstrativo.

Para tentar minimizar os problemas que acontecem em nossa sociedade, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) propôs um modelo padrão de Balanço Social para as empresas. Trata-se de um modelo bastante simples para o seu preenchimento.

Esta facilitação no preenchimento das informações a serem contidas no Balanço Social, proposto pelo IBASE, tem por objetivo, além de outros benefícios, fazer que haja um número maior de empresas que abracem esta causa e, assim, contribuam para a disseminação da elaboração do Balanço Social.

Embora ainda não seja obrigatório o uso do modelo proposto pelo IBASE, há um crescimento considerável de empresas que estão utilizando o modelo proposto, o que leva a uma melhora quantitativa e qualitativa dos indicadores evidenciados e, no caso, a sociedade só tem a se beneficiar.

As informações contidas no Balanço Social proposto pelo IBASE são úteis, claras e diretas. Assim, podem ser comparáveis a outras empresas, ocasionando uma competitividade, e induziria as empresas a uma revisão das suas atuações sociais, podendo culminar numa melhora destes indicadores.

No Balanço Social, as informações contidas têm características sociais e econômico-financeiras.

Dentre as características sociais enquadram-se as informações sobre a saúde, as condições de emprego, segurança, capacitação e desenvolvimento profissional do trabalhador, indicadores ambientais, dentre outras informações de interesse social.

Avalie-se, com Ribeiro; Lisboa (1999:2), o que se segue:

“Na verdade, o Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, que demonstra se o custo benefício da empresa é positivo, se agrega valor à economia e à sociedade, se respeita os direitos humanos de seus colaboradores e se desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente. Com isso, constata-se que poderão ser analisadas por meio do Balanço Social as questões referente a Recursos Humanos, Meio Ambiente e Valor Adicionado.”

Assim, para que a sociedade tome conhecimento das ações da empresa, faz-se necessário divulgar as suas ações no campo social. O Balanço Social é o instrumento que reúne todas essas informações sobre a sua cota de participação no social.

## 1.5 – A Demonstração do Valor Adicionado ( DVA )

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), parte do Balanço Social, é um importante instrumento que traz informações de caráter econômico-financeiro, demonstrando toda a riqueza gerada pela empresa e o modo como esta riqueza é distribuída entre os elementos fundamentais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua formação.

O Boletim IOB Temática Contábil 29 (1997:1), registra esta informação:

“Anos atrás, uma nova demonstração financeira surgiu na Europa, principalmente por influência da França e da Alemanha. Juntando-se ao balanço, às demonstrações de resultados dos lucros/prejuízos acumulados e fluxo de caixa (substituindo a de origens e aplicações de recursos), surgiu a demonstração do valor adicionado.”

Este demonstrativo é útil para diversos setores da sociedade seja para o governo, para os gestores empresariais, acionistas, financiadores ou para os empregados.

De acordo com Santos (1999:98),

”A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade.”

Conforme expresso por Santos, constata-se a compreensão que tem o autor com relação ao demonstrativo, pela ênfase posta na competência da DVA na medição, demonstração e distribuição de riquezas geradas pelas empresas.

A DVA pode auxiliar, de forma competente o governo, seja na verificação da riqueza gerada e na importância das empresas para o desenvolvimento social, seja os gestores empresariais, acionistas e financiadores, permitindo-lhes verificar o desempenho da empresa, comparando-a com outras, seja os funcionários, facultando-lhes tomar conhecimento do quanto a parcela que lhes cabe representa na distribuição da riqueza gerada pela empresa, bem como indica como a instituição está sendo administrada e como os gestores estão tratando o aspecto relacionado à remuneração da mão-de-obra.

Para De Luca (1991:22)b,

“Os usuários dessas informações sociais terão diferentes necessidades, os dirigentes desejarão ter o conhecimento das respostas aos programas e responsabilidades sociais que cumpre à empresa enfrentar, os investidores e fornecedores necessitarão saber a maneira como a empresa enxerga suas responsabilidades em relação ao seu quadro humano, o que representará, certamente, um indicador da maneira pela qual a empresa é administrada, os consumidores se interessarão em conhecer o padrão de qualidade dos produtos/serviços que a empresa lhes oferece, os funcionários almejarão saber a política de recursos humanos, plano de carreira, treinamentos etc., o Estado procurará visualizar o desempenho social da empresa com vistas a analisar o bem-estar da comunidade onde ela está inserida, bem como a contribuição da empresa para a riqueza da nação e o conhecimento, ao longo do tempo, da contribuição da empresa em relação à arrecadação nacional.”

A Demonstração do Valor Adicionado é estruturada por meio de dados obtidos dos demonstrativos contábeis e evidencia, em um determinado período de tempo, a totalidade da produção de bens e dos serviços, menos o custo dos recursos provenientes de terceiros que são necessários para essa produção. O resultado da equação é a riqueza gerada pela empresa.

De acordo com Santos; Freire; Malo (1998:12),

“A DVA tem como principal objetivo a apresentação do valor da riqueza gerada pela entidade e a forma de redistribuí-la. Esse enfoque é consequência do fato de que uma empresa tem capacidade de gerar riqueza, que normalmente é muito superior ao lucro pertencente aos sócios e acionistas. A demonstração de resultado não consegue apresentar essa riqueza gerada, pois está muito voltada para apuração e divulgação do lucro, e este pertence apenas aos proprietários da empresa. A DVA tem a finalidade de proporcionar uma identificação da riqueza gerada exclusivamente por ela mesma, demonstrando a riqueza recebida por transferência, e apresentando um mapeamento de como essas riquezas são distribuídas de forma que se possam identificar seus principais beneficiários: empregados (em forma de salário), governo (em forma de tributos), financiadores externos (em forma de pagamento de dívidas), acionistas (em forma de distribuição de lucros) e empresa (em forma de retenção de lucros).”

A finalidade da D.V.A é evidenciar como a riqueza gerada pela empresa é distribuída entre os elementos de produção os quais contribuíram para sua geração e que, de uma maneira ou de outra, interagiram com a instituição.

Com oportunidade, fala-nos De Luca (1991:45)b,

“A Demonstração do Valor Adicionado reflete uma larga visão da responsabilidade da empresa em termos de remuneração dos fatores de produção. A Demonstração do Resultado tem pouco valor motivacional para os empregados, enquanto que a demonstração do Valor Adicional representa a parcela da riqueza criada pela empresa da qual ele participa, e são responsáveis.”

Não se pode confundir Demonstração do Valor Adicionado com a Demonstração do Resultado do Exercício. A D.V.A evidencia a geração de riqueza e a sua distribuição entre os elementos que interagiram com a empresa; a D.R.E enfoca informações financeiras direcionadas particularmente aos sócios e aos acionistas.

Conforme Iudícibus apud Tinoco (2001:65),

“A profissão contábil muito poderia contribuir para que os economistas governamentais tivessem informações mais

amoldadas para cálculo das contas nacionais se, adicionalmente às demonstrações usuais, levantasse e publicasse mais uma com um pouco de esforço adicional, denominada de Demonstração do Valor Adicionado (ou agregado), a qual já é realidade em alguns países, como a Alemanha, e ampliaria bastante a gama de informações contábeis relevantes, não somente para finalidades macroeconômicas, objeto deste artigo, mas enquadrando-se no cenário mais amplo da Contabilidade Social. Basicamente a Demonstração do Valor Adicionado procura comparar o valor das vendas (mais rigorosamente da produção, segundo os economistas) de uma entidade com o custo dos insumos adquiridos fora da empresa tanto em forma de produtos como serviços, em cima dos quais nossa entidade (a entidade contábil de que estamos tratando em cada caso) adicionou valor. [...] se todas as atividades econômicas desenvolvidas no País fossem desenroladas em entidades que levantassem demonstrações a valor adicionado [...] a consolidação de tais demonstrações, excluídas as duplas contagens, já seria o próprio PIB, muito mais corretamente estimado do que atualmente”.

Para o Prof. Iudícibus, a D.V.A, em razão da sistemática e das informações que ela disponibiliza aos usuários, poderia contribuir para uma

gama maior de tomadores de informações que necessitariam utilizar os seus dados como, por exemplo, os economistas governamentais. Como foi evidenciado, verifica-se que a D.V.A está sendo sub-utilizada até o presente momento.

Conforme Tinoco (2001:64),

“Uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações é pelo valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor este denominado de Valor Adicionado ou Valor Agregado ... ”

Atendendo a um grande e variado número de usuários das informações, a Demonstração do Valor Adicionado evidencia os valores recebidos e onde estes foram aplicados, dando margem para se chegar a indicadores que poderiam não ser do conhecimento da instituição. Estes resultados podem, no entanto, servir de parâmetros na condução da gestão empresarial.

Kroetz (2000:32), referindo-se à Demonstração do Valor Adicionado, refere-se o que se segue:

“Constitui-se numa informação de fundamental importância para a gestão, como também aos demais usuários da Contabilidade. Sendo possível citar a relevância da DVA para as entidades governamentais, auxiliando no processo de análise do perfil e da contribuição da entidade, servindo

de base para abertura de linhas de crédito, incentivos, procedimentos conjuntos, entre outras atividades de interesse público.”

Desta forma, é possível identificar esses grupos e apresentar valores do seu beneficiamento. Estes grupos podem ser os empregados, os financiadores, o governo, os acionistas, a própria empresa, etc.

Na visão de Ribeiro; Lisboa (1999:7),

“A análise da distribuição do valor adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados. Este tipo de informação serve para avaliar a performance da empresa no seu contexto local, sua participação no desenvolvimento regional e estimular ou não a continuidade de subsídios e incentivos governamentais. [...] Ter informações sobre a conduta operacional, econômica e financeira das empresas é um fator primordial para a gestão governamental, seja municipal, estadual ou federal, principalmente no que se refere à alocação dos escassos recursos”

Fica esclarecida neste capítulo, a importância da Demonstração do Valor Adicionado e da vastidão de informações que esta evidencia. Apesar de não estar sendo utilizada como deveria, consoante aqui exposto, só resta inferir

que a sua contribuição é de grande valia para os investidores, funcionários, consumidores, comunidade, fornecedores e, mesmo, para o governo.

A seguir, estão elencados alguns modelos, de Demonstrações do Valor Adicionado, propostos para empresas privadas.

**Quadro 1 - Demonstração do Valor Adicionado proposto por Kroetz**

<b>GERAÇÃO DA RIQUEZA:</b>	<b>X1</b>	<b>X2</b>
a) Geração do Valor Adicionado - Receita de Serviços - Receitas não Operacionais		
b) Custo dos Insumos/Serviços - Materiais - Serviços de terceiros e Outros		
c) Valor Adicionado Bruto (a-b)		
d) Depreciações		
e) Receita Financeira		
f) Valor Adicionado a Distribuir		

Fonte: Kroetz, (2000:41)

<b>DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA</b>	<b>X1</b>	<b>%</b>	<b>X2</b>	<b>%</b>
a) Remuneração do trabalho - Salários e FGTS - Benefícios (alimentação, saúde, outros)				
b) Remuneração do Governo - Impostos/Taxas/Contribuições - Previdência Social e Outros				
c) Capitais de Terceiros – Juros				
d) Acionistas- Lucros retidos				

Fonte: Kroetz, (2000:41)

## Quadro 2 - Demonstração do Valor Adicionado proposto por Tinoco

Cálculo do Valor Adicionado	Em R\$
1 . Receita Operacional Bruta 2. Recursos Adquiridos de Terceiros Despesas das Mercadorias Vendidas Serviços de Terceiros 3. Valor Adicionado Bruto 4. Valor Adicionado Recebido em Transferência Resultado da Equivalência Patrimonial 5. Valor Adicionado Total a Distribuir (3+4)	
<b>Distribuição do Valor Adicionado Bruto</b> Participação dos colaboradores Salários + Encargos Sociais Participação do Governo Impostos sobre vendas Provisão para Imposto de Renda Participação dos Financiadores Externos Despesas Financeiras Participação dos Acionistas Dividendos Propostos Retenções Depreciação Lucro Residual Valor Adicionado Distribuído	

Fonte: Tinoco, (2001:73)

Uma analogia entre as Demonstrações do Valor Adicionado, proposta por Kroetz e por Tinoco, revela que um autor dá maior ou menor importância à abertura de determinada informação.

Por exemplo, na informação relacionada à receita, segundo proposta de Kroetz dá-se uma maior abertura ao item, relacionado à geração da receita do valor adicionado, diferentemente da proposta de Tinoco.

Com relação à remuneração dos colaboradores, Kroetz considera simplesmente os salários e o FGTS, o INSS está na coluna de remuneração do governo. Tinoco situa os salários e os encargos sociais na coluna de remuneração dos colaboradores.

A depreciação, para Kroetz, está elencada na geração da riqueza, diferentemente de Tinoco, o qual destaca a depreciação na distribuição da riqueza.

Os dois modelos de Demonstração do Valor Adicionado, de Kroetz ou Tinoco, evidenciam diversas informações, no final acabam convergindo para a mesma finalidade, independentemente do modelo a ser adotado. O importante seria que houvesse maior participação das empresas brasileiras na divulgação da Demonstração do Valor Adicionado para que se ressaltasse toda geração e distribuição da riqueza das instituições.

## **1.6 – Legislação**

Até o momento atual não há uma legislação que torne obrigatória a elaboração do Balanço Social no Brasil, muito embora este assunto já tenha sido motivo de discussão no Legislativo, mas ainda não foi dada a devida importância ao assunto em questão.

As deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling apresentaram na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei no. 3.116/97, de autoria destas, pelo qual todas as empresas públicas ou privadas, com cem ou mais empregados, obrigam-se a divulgar anualmente o seu Balanço Social. Este Projeto de Lei está demonstrado no anexo A.

## **1.7 – Avaliação do Balanço Social**

Para concluir-se que o balanço social está servindo como um instrumento de gestão da empresa, e, para evidenciar as suas ações no campo social, esse balanço precisa ser um modelo que evidencie as informações do que tem feito pelo social. Os dados apresentados necessitam ser fidedignos para que o balanço possa ser considerado um documento merecedor de confiabilidade.

Para Tinoco (2001:40),

“O balanço social procura utilizar ao máximo os indicadores disponíveis, nos diversos departamentos funcionais das organizações, e sua função básica é reunir esses indicadores e dar-lhes um tratamento adequado em termos de *disclosure* para os agentes sociais”.

Para ser eficaz, um balanço social precisa ter uma série de informações, que são fornecidas pelo setor de contabilidade, de recursos humanos e pelo setor de sistema de informações. Para que o balanço possa alcançar estes objetivos, em sua elaboração, é fundamental dispor do conhecimento sobre os negócios do empreendimento.

As organizações que elaboram as demonstrações das suas ações pelo social necessitam manter uma busca constante na melhoria dos dados apresentados os quais são compartilhado com informações econômicas e sociais.

No Brasil, como ainda não há uma legislação sobre o assunto, já que o projeto de lei nestes tempos tramita pela Câmara Federal, a estrutura e apresentação do Balanço Social pode não ser a mesma de uma empresa para outra. Para que haja excelência na sua montagem, há necessidade de se estruturar-se o demonstrativo da melhor forma possível, com uma maior quantidade de dados disponibilizados e adequar estas atuações à realidade do

empreendimento. Do contrário, a sua principal finalidade não será plenamente atingida, sob pena do balanço ser mal avaliado por seus usuários em razão da ausência de informações que poderiam ser relevantes

## **1.8 – O Balanço Social no Brasil**

A criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), na década de 60, foi o marco para a evolução do Balanço Social no Brasil, em conformidade com o que se segue:

Conforme Torres apud Silva; Freire (2001:15),

“No Brasil, os primeiros ventos de mudança de mentalidade empresarial já podem ser notados desde meados da década de 60. E, nesse sentido, a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicada em 1965, é um marco histórico incontestável do início da utilização explícita da expressão responsabilidade social diretamente associado às empresas e da própria relevância do tema relacionado à ação social das empresas no país; mesmo que ainda limitado ao mundo das idéias e efetivando-se apenas em discursos e textos, já fazia parte da realidade de uma pequena parcela do empresariado.”

Conforme Rioli (1997:2),

“A consolidação dos ideais propostos por essa associação se deu com a declaração, em 1974, do Decálogo do Empresário Cristão, cujos dois primeiros princípios bem ilustram o papel da empresa.

1. Aceitamos a existência e o valor transcendente de uma ética social e empresarial, a cujos imperativos submetemos nossas motivações, interesses, atividades e racionalidade de nossas decisões.

2. Estamos convencidos de que a empresa, além de sua função econômica de produtora de bens e serviços, tem a função social que se realiza por meio da promoção dos que nela trabalham e na comunidade na qual deve integrar-se.”

Retornando ao histórico do Balanço Social no Brasil, em 1975, releva lembrar que, por meio do Decreto Lei nº 76.900/75, foi criada a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que obriga todas as empresas instaladas no Brasil a prestarem informações de caráter social e do seu quadro de pessoal. Este relatório, apesar de ter uma série de informações sociais, é, ainda, restrito, mas, obviamente, não deixa de ter os seus méritos já que foi um fato propulsor e tem como aspecto fundamental prestar informações de caráter social.

Em Santos (1999:32), lê-se:

“O Brasil, mesmo tendo passado por extenso período de conservadorismo político e social, institui em 1975 a obrigatoriedade de apresentação pelas empresas de documento conhecido por RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Esse documento, até hoje exigido das empresas, compreende uma quantidade bastante grande de informações que poderia compor o Balanço Social.”

### **1.8.1 – Balanço Social - A Realidade Brasileira**

Conforme pesquisa realizada por Tinoco (2001:134), o tratamento dos aspectos históricos relacionados à evolução do Balanço Social no Brasil deu-se com base nos seguintes fatos:

#### **Quadro 3 – Evolução do Balanço Social no Brasil**

<b>ANO</b>	<b>FATO HISTÓRICO</b>
1961	Como agente operacional da Uniapac, com sede em São Paulo, a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), iniciou no país uma pregação sobre a responsabilidade do dirigente da empresa nas questões sociais.
1977	A ADCE, já com uma atuação de âmbito nacional, organizou o 2º. Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas, tendo como tema central o Balanço Social da empresa. Ainda nesse ano, a delegação brasileira, liderada por Nelson Gomes Teixeira, Ernesto Lima Gonçalves e Paulo Caletti, destacou-se na assembléia Anual da Uniapac, realizada no México, ao apresentar o trabalho “Balanço Social – Instrumento a serviço da empresa”.

1979	A partir deste ano, a ADCE passa a organizar seus congressos anuais e, em todos eles, o item “Balanço Social” é objeto de reflexão.
Anos 70	O Prof. Ernesto Lima Gonçalves, em trabalhos e seminários por ele realizados, enfoca o tema do Balanço Social, culminando em 1980 com a publicação de um livro sobre O Balanço Social na Empresa.
1984	É elaborado o primeiro trabalho acadêmico sobre Balanço Social. Este autor apresenta dissertação de mestrado ao departamento de Contabilidade e atuaria da FEA-USP, intitulada: Balanço Social: uma abordagem socioeconômico da Contabilidade.
1991	O senador Valmor Campelo encaminha ao Congresso um anteprojeto propondo a publicação do balanço social pelas empresas, o qual foi votado favoravelmente no Senado, não sendo, entretanto, aprovado na Câmara dos Deputados.
1992	O Banespa publica um relatório divulgando suas ações sociais.
1997	O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, por intermédio do Ibase, em ato público, realizado em 18 de junho, no Rio de Janeiro, inicia uma campanha pela divulgação do Balanço Social pelas empresas, no Brasil. A CVM, quase que na mesma época, sob a forma de uma minuta de instrução, propõe a apresentação obrigatória do Balanço Social.
1997	Em novembro de 1997, em parceria com a Gazeta Mercantil, o Ibase lança o selo do Balanço Social, para estimular a participação das companhias. O selo, num primeiro momento, será oferecido a todas as empresas que divulgam o balanço social no modelo proposto pelo Ibase.
1997	O tema passa a ser objeto do Projeto de Lei no. 3.116 de autoria das deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, estabelecendo a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social as empresas privadas com mais de 100 funcionários e para todas as empresa públicas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos.
1999	O Projeto de Lei Nº. 3.116/97 de autoria das deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling acabou sendo arquivado após o término das suas legislaturas, sendo substituído pelo Projeto de Lei Nº. 32/99, reapresentado pelo deputado federal Paulo Rocha.

Fonte: adaptado de Tinoco (2001:134)

O selo do Balanço Social oferecido pelo Ibase indica que a empresa está investindo em educação, saúde, cultura, esporte e meio ambiente, o que poderia ser evidenciado em diversas oportunidades como campanhas publicitárias, embalagens, anúncios, “sites”, etc.

Foi nos primórdios da década de 90 que ocorreram no Brasil as primeiras publicações de Balanços Sociais, elaborados pelas empresas Telebrás – Telecomunicações Brasileiras, C.M.T.C. – Cia. Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo e pelo Banco do Estado de São Paulo – Banespa. Desde aquela época até os dias atuais, parcelas expressivas das empresas ainda não se deram conta da importância de estarem elaborando os seus Balanços Sociais, sendo esta idéia ainda bastante incipiente nos meios empresariais.

Conforme Tinoco (2001:136), referindo-se ao estudo do BNDES,

“Muitos são os fatores que contribuem para esse baixo nível de adesão. A maioria das empresas justifica esta atitude argumentando desconhecimento do assunto, inadequação dos sistemas internos de levantamento desse tipo de informações e dos custos decorrentes desta adequação e, até mesmo, ausência de interesse na questão, aliada ao fato desta demonstração não ser compulsória.”

Diante disto, quando se fala em Balanço Social, alegam-se, no meio empresarial brasileiro, inúmeros fatores para as empresas não estarem elaborando os demonstrativos sobre o que efetivamente têm feito no campo social.

Ainda conforme informações de Tinoco (2001:136), referindo-se ao estudo do BNDES, dentro das referidas alegações por parte das empresas estão inúmeros fatos, dentre os quais citem-se: a não existência de uma Lei que obrigue as empresas a confeccionarem o seu Balanço Social; os custos que as empresas teriam para elaborar e publicar os seus demonstrativos; a falta de conhecimento sobre os tipos de indicadores que teriam de estar evidenciando e, dentre outros fatores, está o fato de as empresas já darem a sua participação pelo social, quando do pagamento dos impostos, a geração de empregos, os lucros e o fato de respeitarem a legislação trabalhista, além de fornecerem aos seus colaboradores benefícios que, por lei, não estariam sendo obrigadas a fazer, por exemplo, o fornecimento de planos de saúde, pagamento de previdência privada, subsídios a transportes, etc. Algumas empresas consideram também que a obrigatoriedade de se fazerem ações pelo social está a cargo dos poderes públicos e não das instituições privadas.

Complementando o estudo do BNDES 1 (2000), outro fator alegado pelas empresas é o de que caso elas elaborem e publiquem os seus balanços sociais pela primeira vez, estariam sendo obrigadas a fazê-lo todos os anos, o que acarretaria um dispêndio adicional, além do fato de que, caso em algum

ano deixem de divulgar os seus balanços sociais, o mercado poderia interpretar o fato como se a empresa estivesse com algum tipo de problema.

Conforme Vilela (1999:3) adverte,

“No Brasil, não está faltando só dinheiro, mas também responsabilidade e comprometimento social.

Quando observamos essa prática nos países desenvolvidos e sua aplicação ainda tímida no Brasil, percebemos que muito ainda precisa ser feito para evidenciar os benefícios dessa postura. [...] representantes de grandes empresas nacionais e estrangeiras mostraram que, ao adotar uma postura cidadã, elas se tornaram mais lucrativas e perceberam melhor os problemas da comunidade, provando, assim, o crescimento da consciência social em nosso empresariado.”

Destaca-se que, embora numericamente não seja significativo o número de empresas que elaboram os seus balanços sociais, se comparado com o universo de empresas existentes em nosso país, há de considerar-se que está havendo uma crescente evolução de empresas que estão aderindo à causa. Se levarmos em consideração o número de empresas que publicaram os seus demonstrativos sociais na década de 90, quando tivemos os primeiros balanços sociais publicados no Brasil, o número de instituições que o fazem na atualidade mostra que há um avanço e cria-se a perspectiva de melhoras futuras.

Ainda, conforme Vilela (1999:3),

“Segundo pesquisa da entidade norte-americana Business for Social Responsibility, 68% dos jovens optariam por trabalhar em uma empresa que tivesse algum investimento social, e 76% dos consumidores nos Estados Unidos preferem marcas e produtos envolvidos com algum projeto social.”

### **1.8.2 – Mudanças dos Aspectos Comportamentais**

Na economia globalizada é farta e variada a quantidade de informações de que dispomos. Os meios de comunicação estão por toda a parte e as notícias chegam rapidamente aos nossos lares e, com base nestes fatos, o consumidor está mais informado sobre os acontecimentos à sua volta. Em virtude destas informações, estão reavaliando os seus atos e, conseqüentemente, tornando-se cada vez mais exigentes.

Os novos consumidores estão tendo uma maior preocupação com o aspecto social das empresas, e querem saber o que estas estão fazendo por seus trabalhadores, pela comunidade e pelo meio ambiente.

Aquelas empresas que não estão cumprindo o seu papel social serão preteridas por outras e, em consequência, terão uma redução nas receitas e, evidentemente, uma repercussão direta nos seus resultados, afetando particularmente funcionários, proprietários e acionistas.

No ano de 2000, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social realizou uma pesquisa com os consumidores brasileiros, de diversas regiões, e chegou às seguintes conclusões:

- a) 19% puniram uma empresa no último ano;
- b) 24% prestigiaram uma empresa no último ano;
- c) 28% dos consumidores entrevistados deixaram de comprar, quatro ou mais vezes, de determinada empresa, cujos produtos haviam apresentado problemas de fabricação, ou eram acusados de prejudicar a saúde, seja dos funcionários e/ou dos seus consumidores.

Deduz-se que o consumidor brasileiro está no limiar da noção do seu poder de transformar as atitudes empresariais e faz suas escolhas, considerando as atitudes das empresas.

As instituições mais transparentes que fazem ações em prol do social, dos seus trabalhadores e do meio ambiente, poderão apresentar em uma maior produtividade por parte de seus funcionários, tornando-se mais atraentes para o público e com tendência a alavancarem as suas vendas e, desde que bem administradas, obterão melhora dos seus resultados.

### **1.8.3 – Organizações e Municípios que Objetivam Mudanças**

Inúmeros grupos da sociedade civil brasileira estão se organizando e procurando sensibilizar os empresários para se engajarem na luta pela divulgação dos seus Balanços Sociais. Dentre esses grupos está o IBASE, do qual o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, era o diretor geral, e conclamava as empresas a apresentarem o seu Balanço Social no modelo padronizado pelo IBASE. Aquelas empresas que assim o fizessem receberiam um selo de Balanço Social como forma de reconhecimento pelo seu empenho em adotar este modelo sugerido.

Outros grupos da sociedade civil também têm feito o seu papel pela divulgação da responsabilidade social das empresas, como, por exemplo:

- a) O Instituto Ethos de Responsabilidade Social;
- b) O GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas;
- c) O Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE de Desenvolvimento Social;
- d) A Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE;

- e) A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES;
- f) A Fundação ABRINQ;
- g) O Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, dentre inúmeros outros grupos.

Alguns municípios brasileiros também estão na luta pela conscientização da responsabilidade social das empresas e incentivam essas organizações, instaladas dentro de suas respectivas jurisdições, a elaborarem o seu Balanço Social. Entre eles, citem-se os seguintes:

- a) São Paulo/SP: Criou o Dia e o Selo da Empresa Cidadã, por meio da resolução número 5/98, de autoria da Vereadora Aldaíza Sposati, conferido às empresas que elaborarem os seus Balanços Sociais.
- b) Santo André/SP: Criou o Selo Empresa-Cidadã, concedido às empresas que elaborarem e apresentarem os seus Balanços Sociais, por meio da Lei número 7.672 de 18/06/98, de autoria do Vereador Carlinhos Augusto;
- c) Uberlândia/MG: Criou o Selo Empresa-Cidadã, para as entidades que apresentarem os seus Balanços Sociais, por meio do Decreto Legislativo número 118, de 11/11/99, da Câmara Municipal de Uberlândia;

- d) João Pessoa/PB: Criou o Selo Herbert de Souza, para as empresas que apresentarem os seus Balanços Sociais, por meio da Resolução 4/98, de autoria do Vereador Júlio Rafael;
- e) Porto Alegre: Na capital gaúcha, em 1997, o Poder Legislativo do Município apreciou e aprovou o Projeto de Lei 032/99, que incentiva as empresas instaladas no município a elaborarem o seu Balanço Social, e, em 5 de janeiro de 1998, o prefeito de Porto Alegre sancionou a Lei No. 8.116, que foi publicada no Diário Oficial de Porto Alegre, no dia 9 de janeiro de 1998.

Porto Alegre faz parte de alguns poucos municípios brasileiros que procuram conscientizar as empresas, instaladas em seu município, a evidenciarem qual é a filosofia de gerenciamento dos seus gestores na questão de responsabilidade social.

Para que se possa tomar conhecimento desta Lei, a sua íntegra poderá ser encontrada no anexo B.

Foi aprovada, igualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do RS, a Lei 11.440, de 18 de janeiro de 2000, que criou o Certificado de Responsabilidade do Rio Grande do Sul, para as empresas instaladas neste estado, conforme consta no anexo C.

#### 1.8.4 – A Óptica Empresarial

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) , no ano de 1998, 67% das empresas da região sudeste desenvolveram algum tipo de ação comunitária, no campo da educação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outros, e fizeram algum tipo de doação para entidades filantrópicas e ou assistenciais.

Conforme, ainda, pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), até o primeiro semestre de 1998, 69 empresas fizeram e divulgaram os seus balanços sociais. Destas empresas, 36, ou seja 52%, tinham adotado o modelo de balanço social proposto pelo IBASE.

Estas 36 empresas que divulgaram os seus balanços sociais no modelo proposto pelo IBASE são grandes empresas brasileiras. Embora o número destas empresas seja pequeno, o somatório dos seus faturamentos equivale a 10% do PIB nacional, ou seja, algo em torno de R\$ 93,1 bilhões.

Em consonância com a pesquisa feita pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social, em 2001, 97 empresas publicaram os seus Balanços Sociais pelo modelo sugerido pelo IBASE, e, ainda, conforme a pesquisa, no ano de 1997, quando o modelo foi lançado, apenas quatro empresas haviam utilizado aquele modelo.

De acordo com estes números, percebe-se o padrão de balanço social que está sendo adotado pelas empresas brasileiras. Embora ainda não haja uma obrigatoriedade para a elaboração deste demonstrativo, o que se percebe, na prática, é que o modelo já está sendo definido. Em apenas quatro anos depois que o modelo foi sugerido, observa-se um enorme crescimento de empresas que estão utilizando o referido padrão.

Depois de muitos esforços, o que se nota na realidade empresarial é que está havendo uma evolução no engajamento das empresas para a elaboração dos seus Balanços Sociais. As empresas estão mudando os seus conceitos e estão se sentindo estimuladas a elaborar e divulgar os seus atos em prol da coletividade.

De acordo com Souza (1997:1) a,

“As empresas públicas ou privadas, queiram ou não, são agentes sociais no processo de desenvolvimento. A dimensão delas não se restringe apenas a uma determinada sociedade, cidade, país, mas no modo com que se organiza e principalmente atua, por meio de atividades essenciais.

[...] Há cada vez mais a necessidade de demonstrar à sociedade que não se progride sem a pureza do ar, a preservação das florestas e a dignidade da população.”

Uma questão bastante disseminada na atualidade está relacionada a responsabilidade social das empresas. Questiona-se qual é a interação das empresas com a comunidade, o que as empresas estão agregando ao meio onde está inserida e cobra-se dos empresários melhores práticas organizacionais.

Discute-se qual é, efetivamente, a missão empresarial com a finalidade de fazer com que reavaliem as suas funções visando um crescimento não e tão somente dos empresários, acionistas ou dos investidores, mas que este crescimento seja realizado de maneira compartilhada com os funcionários, a sociedade e com respeito ao meio ambiente.

### **1.9 – O Balanço Social no Exterior**

O histórico que trata da conceituação inicial dos Balanços Sociais no mundo, segundo Lopes de Sá (1997:9), aponta a Alemanha como o local onde se teria iniciado, na década de 20, o esforço para a apresentação de um tipo especial de informação, que tomou o nome de Balanço Social.

Para Martins (1999:1),

“Não existe precisamente uma data específica do “descobrimento” ou “invenção” do balanço social. O que ocorreu foi uma evolução de relatórios que continham informações e dados a respeito de funcionários e também sobre atividades sociais praticadas pelas empresas.”

Com base nestas informações, evidencia-se que o Balanço Social era um demonstrativo que continha alguns indicadores sobre o que a empresa vinha executando em favor dos seus empregados e da sociedade, e, aos poucos, esses demonstrativos foram melhorados e os números de indicadores foram, progressivamente, aumentados.

A efetivação do balanço social, contudo deu-se na década 60, na Europa e nos Estados Unidos, obviamente por seu desenvolvimento maior relacionado à economia global.

Os avanços dos Balanços Sociais nestas regiões foram alavancados de uma maneira geral de forma análoga, visto que os movimentos sociais foram, na maioria das vezes, os fatos propulsores que pressionavam as empresas a estarem divulgando também as suas informações sociais e não somente as informações de caráter econômico.

Esses movimentos sociais foram impulsionados, na grande maioria das vezes, pela insatisfação popular relacionada a questões de caráter econômico, social e político.

Segundo pesquisas realizadas por Tinoco (2001:126), constituíram fator preponderante na elaboração dos primeiros relatórios socioeconômicos, que procuravam descrever as relações sociais das empresas nos Estados Unidos da América, as igrejas, as fundações, as organizações caritativas, as

associações de antigos combatentes de guerra da Coréia e do Vietnã e profissionais formadores de opinião.

A França foi o primeiro país do mundo a ter uma Lei que obrigava as empresas a publicarem o seu Balanço Social. É a Lei 77.769, de 12 de julho de 1977, também conhecida por *Rapport Sudreau*.

Originalmente, esta Lei obrigava as empresas que tivessem 750 ou mais funcionários a elaborarem os seus balanços sociais. A partir do ano de 1982 a Lei foi alterada e a obrigatoriedade abarcou também as empresas que tivessem 300 ou mais funcionários. Com esta alteração, houve um maior número de empresas obrigadas a evidenciar os seus demonstrativos sociais.

Ainda, conforme pesquisa feita por Tinoco (2001:128), mesmo em determinadas regiões europeias, tais como Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha, onde não há obrigatoriedade das empresas elaborarem relatórios relacionados ao conjunto de informações sobre os seus aspectos sociais, muitas empresas acabam fazendo estes relatórios voluntariamente por considerarem que elas devam ser o mais transparente possível e que agindo desta maneira, elas melhorariam a visão que a comunidade, o governo e os trabalhadores têm sobre elas.

Nestes países, anteriormente citados, onde está havendo um maior comprometimento das empresas na elaboração dos relatórios que tratam sobre os seus aspectos sociais, constam inúmeras e variadas informações. Não há

um padrão, muda de país para país, na medida em que enfocam aspectos relacionados aos itens nos quais há uma maior pressão da sociedade, sendo esta coação relacionada ao desenvolvimento individual destas nações.

Em consequência do mercado globalizado, o Balanço Social, por ser um assunto relativamente novo, da maneira como está sendo estruturado atualmente, vive um constante crescimento na aceitação por parte das empresas.

Segundo Cappellin; Giuliani (1999:10),

“Experiências internacionais (nos EUA, Bélgica, França, Portugal e Canadá entre outros) apontam com clareza que a motivação que leva a elaborar o balanço social está ligada à necessidade das empresas de um planejamento estratégico de amplo alcance.”

Segundo alguns estudos mercadológicos, o comportamento social das empresas refletir-se-á nos seus resultados e este reflexo tanto poderá ser de forma positiva como não ser. Os gestores das empresas é que decidirão o modelo de gestão a ser adotado em sua organização para que se possa alcançar, ou deixar de alcançar, a maximização dos lucros.

## 1.10 - O Meio Ambiente e o Balanço Social

As preocupações com o aspecto ambiental sempre existiram. Na atualidade, em virtude do continuísmo crescente da degradação do meio ambiente, o que é um risco para toda a humanidade torna-se um motivo de preocupação constante para todos nós, em virtude dos resultados lastimosos que estas ações do ser humano representam, tanto para a geração atual como, em especial, para aquelas do futuro.

Em virtude destes fatos, é crescente o número de consumidores que estão se tornando mais exigentes no que diz respeito à aquisição de produtos e serviços.

Ao adquirirem um produto ou serviço, é cada vez mais comum os consumidores quererem saber sobre a origem, e, muitas vezes, ao fazerem determinada escolha por um ou outro produto, levam em consideração aspectos relacionados à produção daquilo que irá consumir.

As empresas tendem a se adaptar a este novo tipo de consumidor, que está cada vez mais preocupado em não adquirir produtos que venham a fazer mal ao homem e ao meio ambiente.

Segundo informações de Teixeira (2001:1),

“Meio Ambiente é como um conjunto de sistemas que se integram, formando o mundo que nos cerca. Compreende todo o entorno físico em que vivemos e inclui o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos não renováveis, como os combustíveis fósseis e os minerais.”

No ano de 2000, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social realizou uma pesquisa questionando os entrevistados sobre quais atitudes de uma empresa os estimulariam a comprar mais e a recomendar a compra a seus amigos, e chegou-se ao seguinte resultado: 27% dos entrevistados indicaram que adotar práticas efetivas de combate à poluição seria uma atitude que eles levariam em consideração para comprarem mais e recomendarem a compra a outras pessoas.

Diante desta pesquisa, fica evidenciado que há, efetivamente, uma preocupação do consumidor com a preservação do meio ambiente, já que a poluição é um dos itens responsáveis pela degradação do meio ambiente.

Esta preocupação com o meio ambiente já é bastante antiga, conforme citação de Kroetz (2000:43), referindo-se ao grande chefe indígena Seattle, que por volta de 1854, já ensinava ao homem civilizado como é importante preservar e respeitar a natureza, por meio desta valiosa lição:

“Mesmo o homem branco, cujo Deus caminha e fala com ele de amigo para amigo, não pode estar isento do destino comum. [...] A terra lhe é preciosa e feri-la é desprezar o seu criador. Os homens brancos também passarão; talvez mais cedo que todas as outras tribos. Contaminem suas camas, e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos.[...] Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados, os recantos das florestas densas impregnados do cheiro de muitos homens, e a visão dos morros obstruídas por fios que falam. Onde está o arvoredo ? Desapareceu. Onde está a água ? Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência.”

Como se vê, é antiga a preocupação com o meio ambiente, e, segundo a percepção indígena, conforme visto anteriormente, os índios já chamavam a atenção do homem, o ser a que se chama civilizado, sobre a importância de preservar e respeitar a natureza.

Marques apud Tinoco (2001:23) informa-nos o seguinte:

“Foi nos Estados Unidos como sói muitas vezes ocorrer em outros campos da atividade humana, que pela primeira vez a noção de responsabilidade pública da empresa deu lugar ao debate. A guerra no Vietnã, nas décadas de 60 e de 70, gerou profunda insatisfação popular, fazendo com que a sociedade se manifestasse e repudiasse tal disputa. A utilização de armamentos sofisticados – bombas de fragmentação, gases paralisantes, napalm etc. – produzidos pelas empresas norte-americanas, que prejudicavam o homem e o meio ambiente bem como a persistência tenaz das discriminações de raça ou de sexo no emprego faz com que muitas organizações tomem posição por uma nova moral empresarial; não, as empresas já não têm o direito de produzir e vender o que queiram, de licenciar novos produtos quando queiram, de justificar por sua rentabilidade financeira a incitação permanente ao consumismo.”

A preocupação ambiental foi também um dos fatos precursores do surgimento do Balanço Social, pois foi justamente nas décadas de 60 e 70 que esta ideologia toma forma e hoje está já inserida e sedimentada no meio social.

Ribeiro; Lisboa (1999:3) falam-nos, com propriedade, sobre o que se segue:

“O Balanço Patrimonial, que reflete a situação econômico-financeira das empresas, ou mais precisamente seus bens, direitos e obrigações, poderá discriminar entre os bens e direitos (Ativo) as aplicações de recursos cujo objetivo básico esteja relacionado à proteção, recuperação e restauração ambiental, como os investimentos em estoques de insumos preventivos aos efeitos poluentes; e em bens de longa duração que serão utilizados no processo de contenção/eliminação da poluição. Estas informações traduziriam o empenho prático da organização no sentido de melhorar a qualidade ambiental do planeta e, por conseguinte, demonstrar sua responsabilidade social, além de servir de parâmetro para a melhoria de suas congêneres.”

As informações que se seguem, foram obtidas de Teixeira (2001:4), relacionada a situação internacional da contabilidade ambiental.

Em 1990, não mais que 12 empresas publicaram demonstrações ambientais. Em 1998, estima-se que mais empresas o fizeram ao redor do mundo, em pelo menos 23 países.

Várias empresas são apontadas como exemplos de correção na demonstração dos impactos ambientais de suas atividades. Entre elas a *British Petroleum*, *British Airways*, *Shell* (Reino Unido); *IBM*, *Sony* (Japão); *General Motors*, *Sun Company* (EUA); *Volvo* (Suécia); *Bayer*, *Lufthansa*, *Volkswagem* (Alemanha); *Aracruz Celulose* (Brasil).

A situação internacional atual está, de certa forma, bem resumida nos resultados da “Pesquisa Internacional sobre Relatórios Ambientais” elaborada pela KPMG em 1996. A pesquisa cobriu as 10 maiores empresas entre um destes seguintes países: EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Suíça, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Os resultados, mostrados a seguir, foram extraídos dos 804 relatórios anuais de 192 relatórios ambientais recebidos.

- a) 71% das empresas mencionaram o meio ambiente em seus relatórios, em contraste com 58% da pesquisa anterior (1993);
- b) 95% das empresas norueguesas mencionaram o meio ambiente em seus relatórios financeiros. Nos Estados Unidos, o índice ficou em 86%. O único país onde o índice ficou abaixo de 50% foi a Nova Zelândia.
- c) 18% das empresas incluíram custos ambientais nas demonstrações financeiras ou nas Notas Explicativas e explicitaram suas políticas ambientais. Nos Estados Unidos, este número chegou a 70%. O alto

percentual é explicado pelas exigências do órgão regulador das companhias abertas, a SEC – Securities and Exchange Commission.

- d) 31% das companhias mencionaram o meio ambiente no Relatório da Diretoria;

Embora 192 empresas tenham apresentado relatório ambiental em separado, surpreendentemente menos da metade delas, mencionaram isto em seus relatórios financeiros;

- e) 24% das empresas produziram algum tipo de relatório ambiental em separado. Na pesquisa anterior, foram 15% (1993).
- f) Mais de 70% das empresas da indústria química produziram relatórios ambientais.

Conforme ficou configurado acima, as empresas no exterior estão demonstrando para a sociedade como tem sido o seu relacionamento com o meio ambiente e estas evidenciações estão crescendo ano após ano, o que mostra o envolvimento das instituições com a preservação do meio ambiente.

## CAPÍTULO 2 – CONTEXTO GERAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON – ABTLuS.

### 2.1 – Introdução

Para se ter um melhor entendimento deste trabalho, neste capítulo são disponibilizadas inúmeras informações relacionadas ao contexto da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), que tratam do modo como está juridicamente constituída, quais as suas finalidades e qual objetivo lhe cabe atingir.

Dispõe-se de informações sobre a sua localização, sobre sua missão, sobre onde são gerados os recursos financeiros para a sua manutenção e investimentos e elencados os esclarecimentos sobre o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), o qual é gerenciado pela ABTLuS.

Segundo a publicação *Isto é o LNLS* (2002:1) temos que:

***“Luz síncrotron é a intensa radiação eletromagnética produzida por elétrons de alta energia num acelerador de partículas. A luz síncrotron abrange uma ampla faixa do espectro eletromagnético: raios-X, luz ultravioleta e infravermelha, além da luz visível, que sensibiliza o olho humano, são emitidas pela fonte. É com essa luz que cientistas estão descobrindo novas propriedades físicas, químicas e biológicas existentes em átomos e moléculas, os componentes básicos de todos os materiais.”***

## **2.2 – Constituição jurídica da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron**

A Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS) é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação, sem finalidades lucrativas. Caracteriza-se como terceiro setor e é mantida, em especial, com recursos do orçamento público federal.

Tinoco (2001:122) coloca-nos a par do caráter das instituições consideradas do terceiro setor.

“O terceiro setor pode ser definido como o conjunto das atividades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos, composto por instituições civis e de qualquer origem – religiosa, comunitária, de trabalhadores, institutos e fundações empresariais e organizações não governamentais e outras – diferenciando-se da lógica estrita de governo (público com fins públicos) e de mercado (privado com fins privados).”

O principal objetivo da Associação, objeto de nossas considerações, não é a geração de superávits e sim pesquisa e desenvolvimento e formação de recursos humanos qualificados em Ciência e Tecnologia, e, por meio deste seu objetivo de cunho social, muitas de suas ações são repassadas para a

sociedade. São essas ações de pesquisa e desenvolvimento e formação de recursos humanos que estão sendo abordadas neste presente trabalho.

Neste Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento, seu “produto” final difere das empresas que visam ao lucro. Além da prestação de contas de suas atividades, de caráter econômico e financeiro, aos órgãos que repassam as subvenções, em particular o Governo Federal, representado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Associação deve também prestar contas das suas atividades em pesquisa e desenvolvimento para comitês científicos nacionais e internacionais.

A instituição é avaliada, dentre outros fatores, pela comparação da confiabilidade da sua fonte de luz síncrotron com outros laboratórios do mesmo gênero espalhados pelo mundo, avaliação essa que também poderá ser feita pelo desenvolvimento e construção de equipamentos tecnológicos, pela excelência dos projetos de pesquisa científica, pelas publicações científicas em revistas indexadas, por quantidade de usuários em sua infra-estrutura, *workshops*, cursos, e outros meios.

Desta maneira, tem-se necessidade de prestar informações também voltadas à comunidade científica, sendo estes aspectos os parâmetros para avaliar o nível de capacidade da instituição e, conseqüentemente, do seu quadro de técnicos.

A Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron é qualificada como uma Organização Social (OS), em conformidade com o Decreto Nº 2.405 de 26.11.1997, sendo operada por meio de um Contrato de Gestão, firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Associação gerencia o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) que administra, além da Fonte de Luz Síncrotron, o Centro de Biologia Molecular Estrutural (CEBIME) e as atividades do programa de Micro e Nanotecnologia, distribuídas entre estes três laboratórios: Laboratório de Microscopia Eletrônica (LME), Laboratório de Microscopia de Força Atômica e Tunelamento (LMTA) e Laboratório de Microfabricação.

A instituição recebeu o título de Organização Social pelo Governo Federal, sendo declarada entidade de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais. Poderá também ser enquadrada no âmbito estadual e municipal, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie os preceitos da Lei 9.637, de maio de 1998.

A Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, é a Lei que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, sobre a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

O Poder Executivo poderá qualificar, como organizações sociais, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos da Lei 9.637, de maio de 1998.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresenta, dentre outros fatores, superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado integralmente ao incremento de seu ativo imobilizado.

As informações, a seguir, relacionadas ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, foram obtidas na publicação *Isto é o LNLS* (2002:1),

O LNLS, em 1987, começou a realizar um ambicioso projeto: colocar o Brasil num seleto grupo de países capazes de produzir luz síncrotron. Este objetivo foi alcançado e, desde julho de 1997, centenas de pesquisadores do Brasil e do Exterior utilizam a fonte de luz síncrotron para fazer pesquisas que visam a desbravar novas fronteiras de conhecimento sobre os átomos e as moléculas.

As pesquisas realizadas no LNLS são o passo inicial que pode levar ao desenvolvimento de novos materiais de alto desempenho – mais econômicos e menos nocivos ao ambiente – e a novos conhecimentos sobre materiais

biológicos, como as proteínas que irão propiciar mais adiante o surgimento de soluções para problemas de saúde.

O projeto de construir no Brasil uma fonte de luz síncrotron (em vez de comprar um equipamento deste tipo no exterior) é hoje reconhecido como vitorioso. A equipe brasileira desenvolveu, construiu e, desde julho de 1997, faz funcionar o equipamento, o maior e mais complexo já feito no país para fins de pesquisa científica. Para isto, foi necessário dominar uma enorme gama de tecnologias, produção de câmaras de ultra-alto-vácuo, fonte de corrente de alta estabilidade, eletroímãs de grande porte, sistema de controle eletrônico e sistemas de radiofrequência, além de toda a física envolvida em aceleradores de partículas.

Na fase de implantação do LNLS, o CNPq e o Ministério da Ciência e Tecnologia aplicaram o equivalente a US\$ 70 milhões de dólares.

Além de propiciar a realização de pesquisas que só podiam ser feitas no exterior, o LNLS tornou-se um impulsionador da formação de recursos humanos qualificados, na medida em que uma já extensa comunidade de cientista ampliou as possibilidades de fazer ciência de ponta no País.

O LNLS foi, igualmente, o propulsor da formação de mão-de-obra altamente especializada, ao desafiar jovens recém saídos de universidades e escolas técnicas a fazer um equipamento complexo sobre o qual muito pouco se sabia no Brasil quando o projeto foi iniciado em 1987.

O LNLS é um laboratório nacional. Isto significa que sua missão principal é dar a cientistas e tecnólogos acesso à fonte brasileira de luz síncrotron.

**Quadro 3 – Localização dos Laboratórios de Luz Síncrotron ao redor do mundo.**

<b>LABORATÓRIOS DE LUZ SÍNCROTRON NO MUNDO</b>			
	<b>Nome</b>	<b>Cidade</b>	<b>País</b>
01	LNLS	Campinas	Brasil
02	HESYRL	Hefei	China
03	IHEP	Beijing	China
04	ISA	Aarhus	Dinamarca
05	ESRF	Grenoble	França
06	LURE	Paris	França
07	BESSY	Berlin	Alemanha
08	BESSY	Bonn	Alemanha
09	HASYLAB	Hamburg	Alemanha
10	SRS	Indore	Índia
11	INFN	Frascati	Itália
12	Sincrotrone Trieste	Trieste	Itália
13	ETL	Ibaraki	Japão
14	Spring-8	Harima	Japão

15	UVSOR	Okazaki	Japão
16	PAL	Pohang	Coréia do Sul
17	MAX	Lund	Suécia
18	SRRC	Taipei	Taiwan
19	SRS	Daresbury	Reino Unido
20	ALS	Berkeley	Estados Unidos
21	APS	Argonne	Estados Unidos
22	CAMD	LSU	Estados Unidos
23	CHESS	Cornell	Estados Unidos
24	NSLS	Brookhaven	Estados Unidos
25	SRC	Wisconsin	Estados Unidos
26	SSRL	Stanford	Estados Unidos
27	SURF	NIST	Estados Unidos
28	INP	Novosibirsk	Rússia
29	KIAE	Kurchatov	Rússia

Fonte: Synchrotron Radiation News (1993:1)

Nota-se que os Estados Unidos são o país com o maior número de laboratórios de luz síncrotron no mundo. Existem também alguns na Europa e na Ásia, sendo o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron o único localizado no Hemisfério Sul.

O fato de os Estados Unidos terem o maior número de laboratórios de luz síncrotron no mundo, pode ser um dos fatores que o tornou o país mais

desenvolvido do planeta, já que nenhuma outra nação no mundo tem o potencial tecnológico, como o disponível naquele país.

No final do ano de 2001, o número de colaboradores que trabalhavam na Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron, conforme dados retirados da folha de pagamento do mês de dezembro/2001, era de 173 pessoas distribuídas da seguinte forma: 149 celetistas, 13 autônomos e 11 estagiários.

### **2.3 – O que é o Contrato de Gestão**

Seque-se um breve relato do que vem a ser o Contrato de Gestão, publicado no Diário Oficial da União, em 12 de março de 1998, celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz - ABTLuS, com a Interveniência do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE, Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO e do Ministério da Fazenda - MP, com fundamentos nas autorizações contidas da Medida Provisória n°. 1591-3, de dezembro de 1997 e no Decreto n°. 2.405, de 26 de novembro de 1997, o qual qualifica a ABTLuS como uma organização social.

O referido contrato tem por finalidade o fomento e a execução de atividades de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia por meio do estabelecimento de parceria entre as partes contratantes, de forma a contribuir para elevar o nível de capacitação tecnológica e científica do Brasil.

Para a consecução da finalidade assinalada, o presente instrumento visa a especificar o programa de trabalho a ser desenvolvido e as metas anuais a serem alcançadas pela ABTLuS, bem como definir as obrigações e as responsabilidades das partes, e estabelecer as condições para sua execução e os critérios de avaliação e indicadores de desempenho.

O Plano de Macroobjetivos deste contrato busca alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

I – o domínio da tecnologia de aceleradores de elétrons para a produção de luz síncrotron e de outras fontes de radiação eletromagnética;

II – a prestação de serviços técnicos para as áreas de pesquisa científica e de aplicações tecnológicas;

III – a capacitação científica da utilização de luz síncrotron e de outras fontes de radiação para o estudo da matéria;

IV – a indução de novas formas de organizar o trabalho de pesquisa nas áreas de ciências dos materiais e da vida visando à inovação.

As metas e indicadores para os períodos subseqüentes constarão de documento intitulado Plano Anual, a ser acordado, a cada ano, entre as partes.

No âmbito deste contrato, o CNPq será responsável pela fiscalização de sua execução, cabendo-lhe, ainda, a supervisão, acompanhamento e avaliação do desempenho da ABTLuS, de acordo com os objetivos, metas e indicadores de desempenho constantes deste instrumento e dos Planos Anuais.

Uma comissão de avaliação, composta por especialistas brasileiros e estrangeiros de notória capacidade e adequada qualificação, será criada e custeada pelo CNPq com a finalidade de subsidia-lo nas atividades de acompanhamento e avaliação técnico-científica.

Este Contrato de Gestão vigorará pelo prazo de cinco anos e poderá ser renovado, ou ter seu prazo dilatado, depois de demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e metas estabelecidas, e a avaliação favorável do MCT e do CNPq.

O Contrato de Gestão, firmado entre a ABTLuS e o CNPq, reza que, a cada biênio, uma comissão de avaliação, composta por especialistas brasileiros e estrangeiros de notória capacidade e adequada qualificação, fará um acompanhamento e a conseqüente avaliação técnico-científica da instituição.

Para atender a esta exigência, uma comissão foi formada, segundo as exigências solicitadas, e fez a seguinte avaliação da ABTLuS, conforme consta no Relatório Anual de Contrato de Gestão da ABTLuS (2001:69), que é transcrito a seguir:

“Em 1998, a Diretoria da ABTLuS convidou sete cientistas do Brasil e exterior, para servirem de membros de um Comitê Científico. O Comitê se reuniu pela primeira vez em Campinas, de 22 a 24 de fevereiro, 1999, e entregou seu relatório em 05 de março 1999. O segundo encontro do Comitê foi realizado durante a reunião anual de Usuários no LNLS, de 13 a 16 de fevereiro, 2001. Este segundo relatório resume as conclusões e recomendações do Comitê, baseado em discussões com a direção, equipe e usuários, e em documentos fornecidos pela ABTLuS e LNLS.”

A seguir estão relatadas as conclusões do Comitê Científico, quando da avaliação da instituição por seus membros.

Karlsruhe (Germany), 17 de março, 2001

Prof. V. Saile

Presidente, Comitê Científico da ABTLuS

## Comentários Gerais

“O LNLS é o primeiro grande laboratório nacional no Brasil. A aparência das suas instalações é altamente impressionante a todos os visitantes; é um soberbo cartão de visita para a pesquisa e alta tecnologia no Brasil. Mesmo após vários anos de operação contínua, o anel de armazenamento, linhas de luz e estações experimentais no hall são bem organizados e impecavelmente limpos. [...] A maioria das linhas de luz tem funcionado bastante bem, como pode ser julgado pelo número crescente de publicações científicas, de 22 em 1998 e 67 em 2000, algumas com resultados notáveis. Em particular, usuários externos são cada vez mais atraídos pelas capacidades únicas de pesquisa que encontram no LNLS.

O Comitê Científico concorda com a direção que o LNLS já alcançou, ou está a caminho de alcançar, uma posição de padrão mundial em pesquisa, desenvolvimento e instrumentação nos campos de radiação síncrotron, em micro e nanotecnologias, como, também, biologia molecular e biotecnologia. Além disto, o trabalho em tecnologia de

aceleradores e instrumentação é comparável aos melhores do mundo.

O Comitê Científico congratula a equipe do LNLS por suas realizações que abrangem desde um espantoso programa de melhoria do injetor da fonte de luz síncrotron a numerosas melhorias em suas instalações e linha de luz. Os resultados científicos obtidos no LNLS, por usuários e membros da equipe, também merecem os mais altos elogios. O Comitê está também ciente do papel importante das agências de fomento nacionais e estaduais e aplaude seu suporte prudente e estável ao LNLS. Podem se sentir orgulhosas de seu investimento.”

## **2.4 – A Missão**

Segundo o estatuto da instituição, a Associação tem por missão realizar estas atividades: pesquisa e desenvolvimento e formação de recursos humanos qualificados em Ciência e Tecnologia, em particular na área de aceleradores de partículas e suas técnicas de projeto e construção; projetar e construir fontes de luz síncrotron, seu instrumental científico e desenvolver suas aplicações em pesquisa básica e tecnológica, nos setores industrial e agro-industrial, no setor de saúde e em áreas correlatas de tecnologia de alto

nível; desenvolver, gerar bens, e/ou licenciar, para fabricação por terceiros, produtos e serviços de alta tecnologia; importar e/ou exportar materiais; componentes e equipamentos nas suas áreas de atuação, para o cumprimento de sua missão; colaborar com instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nacionais e internacionais no cumprimento de sua missão; cooperar com a iniciativa privada em atividades de pesquisa e desenvolvimento e incentivar a incubação e realizar a implantação de novas empresas de alta tecnologia.

## **2.5 – Dos Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros necessários à manutenção da Associação serão obtidos por estes meios:

I – contrato de gestão, firmado com o Poder Público por meio dos organismos competentes;

II – convênios ou contratos de pesquisa e desenvolvimento com órgãos e entidades governamentais, instituições privadas, empresas e agências internacionais de desenvolvimento científico e tecnológico;

III – contratos de prestação de serviços especializados nas suas áreas de atuação a órgãos governamentais, entidades privadas, empresas nacionais ou estrangeiras e agências nacionais e internacionais;

IV – geração de bens de alto conteúdo tecnológico, pelo recebimento de *royalties* e pela cessão de licenças de fabricação a terceiros;

V – doações, legados e heranças a ela destinada;

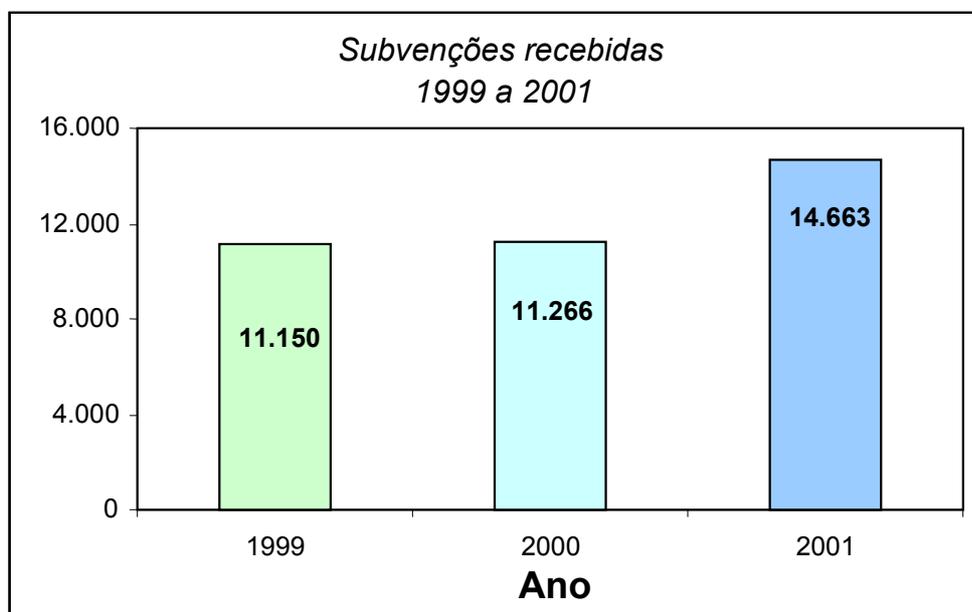
VI – empréstimos obtidos de organismos nacionais e internacionais de financiamento ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico;

VII – rendimentos financeiros auferidos de investimentos que compõem seu patrimônio;

VIII – outros que, porventura, lhe forem destinados.

A seguir, segue-se gráfico demonstrativo das subvenções recebidas pela instituição, por meio do Governo Federal, nos anos de 1999, 2000 e 2001.

**GRÁFICO 1 - Subvenções Recebidas, nos anos de 1999, 2000 e 2001, em R\$ 1.000**



Parágrafo primeiro – Todos os excedentes financeiros da Associação serão reinvestidos na formação de seu patrimônio, ou na consecução de seus objetivos.

Parágrafo segundo – É vedada a distribuição dos bens ou de parcela do patrimônio líquido da Associação, em qualquer hipótese, mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da Associação.

## **CAPÍTULO 3 - O BALANÇO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON (ABTLuS)**

### **3.1 – Considerações Iniciais do Capítulo**

Aplicando-se os conhecimentos obtidos por meio desta pesquisa, relativa ao Balanço Social, foi possível estruturar as ações da instituição para a qual foram utilizadas as informações referentes ao que a administração da instituição se propôs a operacionalizar.

Os dados foram extraídos dos Balanços Patrimoniais, das Demonstrações dos Superávits, dos Relatórios Internos, de entrevistas e da solicitação de informações ao setor de Recursos Humanos da instituição os quais serviram de suporte para a elaboração do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), uma das suas vertentes.

Com a finalidade de se comprovarem os valores elencados nos Balanços Sociais, estão demonstrados, nos apêndices A e B, os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Superávits Apurados, relativos aos exercícios de 2000 e 2001, da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS).

Serão demonstrados neste capítulo dois modelos de Balanços Sociais: o modelo proposto pelo IBASE, e aquele proposto por Kroetz (2000:139), com a finalidade de evidenciar a diversidade de padrões e para que se possa tomar conhecimento das diferenças existentes entre um e outro modelo.

### 3.2 – Balanço Social proposto pelo IBASE

#### Balanço Social Anual 2001

1- Base de Cálculo	2001			2000		
	Valores			Valores		
1.1) Subvenções recebidas	14.663.300,00			11.266.175,00		
1.2) Folha de pagamento bruta	5.318.422,07			4.653.861,88		
<b>2. Indicadores Laboriais</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%Sobre 1.1</b>	<b>%Sobre 1.2</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%Sobre 1.1</b>	<b>%Sobre 1.2</b>
2.1) Alimentação	206.629,10	1,41	3,89	176.177,98	1,56	3,79
2.2) Encargos sociais compulsórios	1.605.281,42	10,95	30,18	1.410.164,61	12,52	30,30
2.3) Previdência privada	157.463,76	1,07	2,96	131.602,74	1,17	2,83
2.4) Saúde	237.565,86	1,62	4,47	238.005,25	2,11	5,11
2.5) Segurança e medicina no trabalho	31.607,34	0,22	0,59	33.178,30	0,29	0,71
2.6) Educação	446.752,97	3,05	8,40	229.804,85	2,04	4,94
2.7) Seguro de vida	20.166,77	0,14	0,38	9.490,95	0,08	0,20
2.8) Capacitação e desenvolvimento profissional	86.699,62	0,59	1,63	27.438,54	0,24	0,59
2.9) Transporte	122.509,44	0,84	2,30	87.547,25	0,78	1,88
Total – Indicadores laboriais	2.914.676,28	19,88	54,80	2.343.410,47	20,80	50,35
<b>3) Indicadores Sociais</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%Sobre 1.1</b>	<b>%Sobre 1.2</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%Sobre 1.1</b>	<b>%Sobre 1.2</b>
3.1) Tributos (excluídos encargos sociais)	263.093,10	1,79	4,95	298.158,38	2,65	6,41
<b>4) Indicadores do Corpo Funcional</b>		<b>Total</b>			<b>Total</b>	
4.1) No. de empregados ao final do período		183			178	
4.2) No. de admissões durante o período		39			41	
4.3) No. de empregados terceirizados		17			17	
4.4) No. de empregados acima de 45 anos		30			29	
4.5) No. de mulheres que trabalham na empresa		50			45	
4.6) Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres		13			13	
4.7) No. de negros que trabalham na empresa		15			15	
4.8) No. de empregados portadores de deficiência		4			4	

Fonte: lbase.com.br

Ao se analisar o Balanço Social da instituição, neste modelo do Ibase, nota-se que se trata de uma instituição governamental, pois é mantida por subvenções públicas.

Com relação aos indicadores laboriais, o maior dispêndio, no ano de 2001, está relacionado aos encargos sociais compulsórios, equivalendo a 30,18% do total da folha de pagamento e 10,95% das subvenções recebidas, ou seja, a instituição, mesmo sendo mantida com recursos públicos, também disponibiliza parte das suas receitas para os governos.

Em 2001, evidencia-se que 3,05% das subvenções recebidas, ou seja, o equivalente a R\$ 446.752,97 foram gastos com a educação.

Nos demais itens, relacionados aos indicadores laboriais, a instituição tem em média os mesmos benefícios que são concedidos aos funcionários de empresas privadas com finalidades lucrativas.

Com relação aos indicadores do corpo funcional, no item relacionado ao número de empregados ao final do período, ficou evidente que quase não houve alteração no número de colaboradores durante o período. Em 2000 havia 178 pessoas passando para 183, em 2001. Isto vale dizer que o número de funcionários ficou praticamente estável, levando a entender que houve, da parte da instituição, a preocupação com a manutenção dos funcionários.

### **3.3 – Balanço Social proposto por Kroetz**

Este modelo de balanço social é uma proposta de apresentação feita por Kroetz (2000:139) e foi adaptado para a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron.

Optou-se por ter mais um modelo de Balanço Social para se tomar conhecimento que existem outros modelos para as empresas poderem evidenciar as suas ações sociais.

Por meio deste modelo de Balanço Social, proposto por Kroetz, os usuários têm informações relacionadas ao ambiente interno da empresa e registram-se os dispêndios feitos pela instituição, tanto os compulsórios, como os espontâneos, ficando portanto evidente qual o tipo de administração empresarial é adotado.

### Quadro 5 – Balanço Social proposto por Kroetz

<b>BALANÇO SOCIAL – ENFOQUE GERENCIAL</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE</b>
<b>1.1 – Informações endógenas</b>
1.1.1 Missão – Pesquisa e Desenvolvimento com o uso de Luz Síncrotron
1.1.2 Filosofia – Contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa experimental brasileira
1.1.3 Outros dados relevantes – Único existente no Hemisfério Sul

<b>2. INFLUÊNCIAS, FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS TRANSFERIDAS PARA O AMBIENTE ENDÓGENO E EXÓGENO</b>	<b>Ano 2001</b>	<b>Ano 2000</b>
<b>2.1 – Usuários internos</b>		
2.1.1 Empregados		
2.1.1.2 Características do quadro		
Número inicial de empregados	182	170
Número final de empregados	183	178
Número de mulheres trabalhando	50	45
Número de deficientes físicos	4	4
Número de acidentes de trabalho	0	0
Número de ações judiciais trabalhistas	4	4
2.1.1.3 Investimentos compulsórios (legais)		
Encargos sociais	1.225.188,48	1.090.125,49
FGTS	380.092,94	320.039,12
Outros	263.093,10	298.158,38
2.1.1.4 Investimentos espontâneos		
Treinamento	86.699,62	27.438,54
Educação/Bolsa de auxílio	446.752,97	229.804,85
Alimentação	206.629,10	176.177,98
Saúde	237.565,85	238.005,25
Lazer	0	0
Esporte	0	0
Transporte	122.509,44	87.547,25
Seguro de vida	20.166,77	9.490,95
Cesta básica	0	0
Creche	0	0
Segurança no trabalho	31.607,34	33.178,30
Higiene no trabalho	45.263,13	38.225,02
Previdência Privada	157.463,76	131.602,74
<b>2.2 – Usuários externos</b>		
2.2.1 Governos e previdência		
Tributos e contribuições	1.488.281,58	1.388.283,87
2.2.2 Sindicatos		
Contribuições sindicais	9.012,92	7.539,53
2.2.3 Estudiosos		
Incentivos a novos estudos	533.452,59	257.243,39

Fonte: Kroetz (2000:139)

Na análise deste Balanço Social, fica claro que a empresa oferece boas condições de segurança de trabalho aos seus colaboradores, uma vez que, nos exercícios de 2000 e 2001, não houve nenhum registro de acidente de trabalho.

Durante o período analisado não foram verificados investimentos em lazer, esporte, cesta básica e auxílio creche.

Trata-se, sem dúvida, de uma empresa conservadora, já que durante os períodos não houve alterações significativas no quadro de funcionários, sendo mantidos, quase que na totalidade, os indicadores de empregos de um ano para o outro.

### **3.4 - Comparações entre os dois modelos**

Comparando-se os Balanços Sociais propostos pelo Ibase e por Kroetz, ficam evidentes as diferenças de estruturas e o fato de que ambos disponibilizam uma diversidade de informações, embora a determinado item do balanço social seja dada maior ou menor importância, dependendo do modelo.

Kroetz dá uma maior abertura à apresentação da entidade, diferentemente do Ibase. Com relação às informações, ambos os modelos disponibilizam uma diversidade e o modelo do Ibase oferece uma maior

facilidade para se fazerem analogias entre os subitens, uma vez que propõe um uso maior de colunas, facilitando as comparações com as bases de cálculos e, também, entre os exercícios.

### **3.5 – Demonstração do Valor Adicionado da ABTLuS**

Após a elaboração do Balanço Social da ABTLuS, mediante estes dois modelos pesquisados, é evidenciada a Demonstração do Valor Adicionado, como uma das suas vertentes, conforme apresentado por Souza Filho apud Tinoco (2001:97).

Este modelo de Demonstração do Valor Adicionado indicado para entidades sem finalidades lucrativas pode também ser adotado por empresas do terceiro setor.

O modelo encaixa-se, quase que na sua totalidade, na ABTLuS, necessitando apenas de alguns ajustes para melhor apresentar a geração da riqueza e a forma como ela foi distribuída.

Por meio da elaboração do balanço social da empresa, independentemente do modelo a ser adotado, observa-se a diversidade de informações, como estes: encargos sociais, educação, treinamento, saúde, alimentação, disponibilizados aos usuários, sejam eles funcionários, consumidores, membros do governo, investidores, gestores, dentre outros beneficiários.

**Quadro 6 - Demonstração do Valor Adicionado da Associação  
Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron – ABTLuS**

<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2001 R\$</b>	<b>2000 R\$</b>
<b>1. RECEITAS</b>	<b>15.219.097,95</b>	<b>11.720.100,84</b>
1.1 Receitas acadêmicas	0,00	0,00
1.2 Receitas de prestação de serviços	10.455,12	49.318,86
1.3 Receitas não-operacionais	347.007,56	202.086,01
1.4 Doações e subvenções recebidas	14.861.635,27	11.468.695,97
<b>2 CUSTOS DOS MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>4.603.099,17</b>	<b>4.584.019,54</b>
2.1 Materiais e Serviços	3.671.393,50	3.650.134,60
2.2 Energia elétrica, água, luz, telefone	931.705,67	933.884,94
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>10.615.998,78</b>	<b>7.136.081,30</b>
<b>4 RETENÇÕES</b>	<b>819.909,01</b>	<b>441.786,37</b>
4.1 Depreciações e amortizações	819.909,01	441.786,37
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>9.796.089,77</b>	<b>6.694.294,93</b>
<b>6 OUTRAS RECEITAS</b>	<b>665.003,83</b>	<b>409.243,14</b>
6.1 Contribuições recebidas	0,00	0,00
6.2 Receitas financeiras	665.003,83	409.243,14
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL DAS ATIVIDADES (5+6)</b>	<b>10.461.093,60</b>	<b>7.103.538,07</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2001 R\$</b>	<b>%</b>	<b>2000 R\$</b>	<b>%</b>
8.1 Remuneração do trabalho das atividades	6.331.353,10	60,52	5.524.194,40	77,76
8.2 Doações e subvenções	0,00		4.000,00	0,05
8.3 Bolsas de estudo/desenvolvimento científico	58.158,59	0,55	64.717,59	0,91
8.4 Governo – tributos	1.488.281,58	14,23	1.388.283,87	19,55
8.5 Financiadores – juros e aluguéis	2,26	0,00	1.753,90	0,02
8.6 Imobilizações em andamento	-2.726.663,30	26,06	-3.605.073,42	50,74
8.7 Superávit das atividades	5.309.961,37	50,76	3.725.661,73	52,45
<b>9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>10.461.093,60</b>	<b>100</b>	<b>7.103.538,07</b>	<b>100</b>

Fonte: Souza Filho apud Tinoco (2001:97)

Ressalte-se que as fontes para o preenchimento deste demonstrativo foram extraídas dos relatórios contábeis e demonstrativos internos da instituição relativo aos anos de 2000 e 2001.

Após levantamento da Demonstração do Valor Adicionado da instituição verifica-se a composição da Geração do Valor Adicionado, como as seguintes: as receitas, os custos dos materiais e serviços adquiridos de terceiros e o valor da depreciação durante o período, componentes necessários para se conhecer o Valor Adicionado Total das Atividades.

Por meio da Distribuição do Valor Adicionado evidencia-se como foi composta esta distribuição, seja por meio da remuneração do trabalho das atividades, pagamentos de tributos, dentre outros recursos, ou seja, verificam-se os elementos que interagiram com a empresa e os valores deste beneficiamento por meio do valor adicionado.

Na Geração do Valor Adicionado da ABTLuS, conforme se pode verificar, a maior parte das receitas, ou seja 97,65% em 2001, são representadas por doações e subvenções advindas particularmente de recursos do Governo Federal, para custeio e investimentos necessários à operação da empresa.

Na Distribuição do Valor Adicionado o item mais representativo foi a remuneração do trabalho das atividades, com 60,52 %, seguido dos tributos que foram recolhidos aos cofres públicos.

O valor representado pelas Imobilizações em Andamento, constante da Distribuição do Valor Adicionado, não é uma distribuição negativa, refere-se basicamente a gastos incorridos na construção de equipamentos destinados a projetos de pesquisas que estão em desenvolvimento, não estando portanto concluídos, e, futuramente, após o seu término, serão definitivamente alocados em suas respectivas contas patrimoniais.

Com relação ao superávit das atividades, destacado na Distribuição do Valor Adicionado, houve um acréscimo considerável de um exercício para o outro, passando de R\$ 3.725.661,73 para R\$ 5.309.961,37, havendo portanto um aumento de 43%, representado principalmente pelo aumento das subvenções repassadas pelo governo federal a instituição.

Este demonstrativo, em virtude do que evidencia, pode ser um instrumento auxiliar a mais no planejamento, execução e controle, tanto para o ambiente interno como para o ambiente externo das empresas, podendo também ser útil para os governos, dentre outros usuários, seja em nível municipal, estadual ou federal.

Por meio da estrutura da DVA, pode-se fazer comparações entre os itens que a compõem considerando-se o total do valor adicionado, dentro do próprio exercício, como também fazer-se a comparação destes itens de um exercício para o outro.

### **3.6 – Modelo de Balanço Social proposto**

Antes de evidenciar a composição do Balanço Social da instituição ressalte-se que a maior e a mais importante contribuição que a ABTLuS oferece à sociedade brasileira é propiciar à comunidade científica uma fonte de luz síncrotron em nosso próprio país, um país em desenvolvimento, com inúmeros problemas sociais e escassos recursos financeiros disponíveis para investimentos em pesquisa científica. Destaca-se, conforme visto anteriormente, que poucos países do mundo detêm esta tecnologia, construída por técnicos brasileiros, disponível para os pesquisadores brasileiros.

Cabe lembrar que, antes da instalação deste laboratório no Brasil, os pesquisadores tinham de se deslocar para o exterior, mais precisamente, para a Europa e Estados Unidos, com a finalidade de dar continuidade às suas pesquisas científicas, o que muitas vezes ocasionava retardamento no avanço dos trabalhos, além do dispêndio no custeio das viagens e estadas, tendo em vista a realização do empreendimento.

Outro fator que necessita ser evidenciado é o Capital Intelectual gerado pela instituição, mas que, em virtude de ser um tema a margem deste trabalho de pesquisa, não foi destacado, mas que, sem dúvidas é relevante pois faz parte da missão deste laboratório de pesquisa formar recursos humanos

qualificados em Ciência e Tecnologia e desta forma estar contribuindo para a geração deste ativo intangível.

O quadro, a seguir, evidencia o nível de confiabilidade da fonte de luz síncrotron brasileira, comparada com outros laboratórios espalhados pelo mundo.

Esta confiabilidade da fonte de luz síncrotron está relacionada a uma projeção para um período, normalmente um ano, de utilização do equipamento que gera a luz síncrotron. A confiabilidade relaciona-se com o cumprimento deste planejamento sem que haja falhas.

#### **QUADRO 7 - NÍVEL DE CONFIABILIDADE DA FONTE DE LUZ SÍNCROTRON EM ALGUNS LABORATÓRIOS DO MUNDO**

<b>FONTE</b>	<b>PAÍS</b>	<b>CONFIABILIDADE %</b>	<b>ANO</b>
DARESBURY	INGLATERRA	92,3	2000
SPEAR	EUA	93,0	1996
APS	EUA	93,6	2000
ABTLuS – LNLS	BRASIL	94,5	2001
ABTLuS – LNLS	BRASIL	96,2	2000
NSLS RX	EUA	96,6	2000
NSLS VUV	EUA	97,4	2000
ESRF	FRANÇA	97,5	2000
SPRING8	JAPÃO	97,5	1999

**Fonte:** Relatório Anual do Contrato de Gestão da ABTLuS (2001:8)

O Relatório Anual do Contrato de Gestão é um descritivo que deve ser compulsoriamente emitido pela instituição, conforme contrato firmado entre a ABTLuS e o MCT/CNPq, em que são disponibilizadas informações relacionadas às principais ações da instituição durante determinado período.

Conforme evidenciado no demonstrativo anterior, percebe-se que a confiabilidade da fonte de Luz Síncrotron brasileira está, em média, no mesmo nível da de outros laboratórios, em diferentes países, o que ressalta o comprometimento, a seriedade dos trabalhos desenvolvidos e o nível dos pesquisadores lotados na instituição.

**QUADRO 8 - BALANÇO SOCIAL PROPOSTO**  
**ANO 2001**

<b>1. Base de Cálculo</b>	<b>2001</b>	<b>Var.%</b>	<b>2000</b>
1.1) Subvenções recebidas	14.663.300,00	30,15	11.266.175,00
1.2) Folha de pagamento bruta	5.318.422,07	14,28	4.653.861,88
1.3) Outras receitas	1.220.801,78	41,43	863.168,98

<b>Ano</b>	<b>2001</b>				<b>2000</b>		
	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%Sobre 1.1</b>	<b>%Sobre 1.2</b>	<b>Var.% Per.</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%Sobre 1.1</b>	<b>%Sobre 1.2</b>
2.1) Alimentação	206.629,10	1,41	3,89	17,28	176.177,98	1,56	3,79
2.2) Encargos sociais compulsórios	1.605.281,42	10,95	30,18	13,84	1.410.164,61	12,52	30,30
2.3) Previdência privada	157.463,76	1,07	2,96	19,65	131.602,74	1,17	2,83
2.4) Saúde	237.565,86	1,62	4,47	-0,18	238.005,25	2,11	5,11
2.5) Segurança e medicina no trabalho	31.607,34	0,22	0,59	-4,73	33.178,30	0,29	0,71
2.6) Educação	446.752,97	3,05	8,40	94,41	229.804,85	2,04	4,94
2.7) Seguro de vida	20.166,77	0,14	0,38	112,48	9.490,95	0,08	0,20
2.8) Capacitação e desenvolvimento profissional	86.699,62	0,59	1,63	215,98	27.438,54	0,24	0,59
2.9) Transporte	122.509,44	0,84	2,30	19,74	87.547,25	0,78	1,88
<b>Total – Indicadores laboriais</b>	<b>2.914.676,28</b>	<b>19,88</b>	<b>54,80</b>	<b>23,60</b>	<b>2.343.410,47</b>	<b>20,80</b>	<b>50,35</b>

<b>3) Indicadores Sociais</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%Sobre 1.1</b>	<b>%Sobre 1.2</b>	<b>Var.% Per</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%Sobre 1.1</b>	<b>%Sobre 1.2</b>
	3.1) Tributos (excluídos encargos sociais)	263.095,36	1,79	4,95	-11,76	298.158,38	2,65

4. Indicadores Monetários	Valor	% Sobre 1.1	% Sobre 1.3	% Var. per.	Valor	% Sobre 1.1	% Sobre 1.2
4.1) Auxílio monetário pesquisadores	75.771,64	0,52	1,42	255,74	21.300,00	0,19	0,46
4.2) Bens desenvolvid. internamente	2.726.663,30	18,60	51,27	-24,37	3.605.073,42	32,00	77,46
4.3) Programa de Bolsistas de Verão	22.646,93	0,15	0,43	4,94	23.824,28	0,21	0,51

5. Outros indicadores	2001	Var.% Período	2000
5.1) Horas de luz síncrotron	23.420	-20,50	29.460
5.2) Horas de microscópio eletrônico	3.494		Não disponível
5.3) Pesquisadores que tiveram acesso aos Laboratórios do Centro de Biologia Molecular	15		Não disponível
5.4) Publicações dos pesquisadores	94	49,21	63
5.5) Orientação a estudantes e pesquisadores	71	77,50	40
5.6) Cursos oferecidos	8	100,00	4
5.7) Projetos com uso de luz síncrotron	181	27,46	142
5.8) Projetos com uso de micro e nanotecnologia	125	45,35	86
5.09) Visitantes recebidos	600	-59,46	1480
5.10) Média de horas de treinamento dos funcionários	23,6		Não disponível

6) Indicadores do Corpo Funcional	Total	Var.%	
		Período	Total
6.1) No. de empregados ao final do período	183	2,81	178
6.2) No. de admissões durante o período	39	-4,88	41
6.3) No. de empregados terceirizados	17	0	17
6.4) No. de empregados acima de 45 anos	30	3,45	29
6.5) No. de mulheres que trabalham na empresa	50	11,11	45
6.6) Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres	13	0	13
6.7) No. de negros que trabalham na empresa	15	0	15
6.8) No. de empregados portadores de deficiência	4	0	4

**Fonte:** Adaptação do Modelo do Ibase

O Balanço Social proposto, definido por uma interação entre este trabalho de pesquisa e o modelo proposto pelo Ibase, buscou, em sua estrutura, uma combinação de informações inseridas no modelo padrão de balanço social indicado pelo IBASE, objetivando proporcionar uma maior e melhor transparência ao ambiente externo das ações sociais da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS).

O modelo do IBASE tem tido uma grande aceitação por parte das empresas que elaboram balanços sociais, na medida em que o balanço constitui um modelo de transparência destas empresas no campo social. Baseado nesta capacidade é que se procurou integrar o balanço social do IBASE com o proposto.

No modelo proposto acrescentou-se uma coluna entre os dois períodos analisados, coluna que não consta no modelo proposto pelo Ibase, objetivando evidenciar as variações de um exercício social para o outro.

O Balanço Social proposto pelo IBASE foi estruturado com base em indicadores que, na maioria, seriam fornecidos pelas empresas em geral, mas focando especialmente as empresas privadas, pois o seu preenchimento está diretamente relacionado à Receita Líquida e Lucro Operacional.

Em virtude disto, as empresas que não tenham finalidade lucrativa, e sejam mantidas com recursos públicos, como é o caso da ABTLuS, as quais queiram prestar contas à sociedade que as mantém operando, necessitam disponibilizar informações para transparecer as suas ações.

A existência da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron dá-se fundamentalmente em razão da comunidade científica e, para que possa continuar justificando a sua existência, deve cumprir a sua missão de pesquisa e desenvolvimento e formação de recursos humanos qualificados em Ciência e Tecnologia. Salienta-se que estas realizações necessitam ser constantemente melhoradas.

Para que a sociedade possa tomar conhecimento das suas realizações, a instituição necessita estar evidenciando o que tem feito. Este balanço social proposto procura melhorar a compreensão dos seus atos, mostrando as suas atividades específicas.

### **3.6.1 - Considerações sobre o Balanço Social proposto**

Objetivando transparecer as operações da instituição segue-se uma série de explicações relacionadas a informações constantes e aos resultados destas, inclusas no Balanço Social proposto.

Almejando uma melhor objetividade, às explicações a seguir estão relacionadas às operações específicas da instituição.

## **4. INDICADORES MONETÁRIOS**

### **4.1) Auxílio Monetário a pesquisadores**

O Programa de Auxílio Monetário a Pesquisadores é um programa instituído pela empresa no qual os pesquisadores beneficiados têm custeadas suas viagens, refeições e hospedagens, fazendo jus à infra-estrutura da instituição. São beneficiários deste auxílio pesquisadores brasileiros da América Latina e do Caribe.

Os pesquisadores do estado de São Paulo não participam do programa de ajuda monetária. Algumas razões para isto são: recursos limitados da instituição; o fato de serem estes pesquisadores os que mais dispõem de recursos financeiros; o fato de estarem mais próximos do Laboratório Nacional de Luz Sincrotron e, em virtude de os cientistas do estado de São Paulo, em

comparação com os de outros estados brasileiros, já serem beneficiados, uma vez que são, em larga escala, os maiores usuários da infra-estrutura da instituição.

O intuito deste programa é incentivar o maior número de pesquisadores de outras regiões a serem usuários da infra-estrutura do LNLS, visando a minimizar a hegemonia do estado de São Paulo e fazendo que a utilização dos recursos da instituição sejam socialmente melhor distribuídos.

Lembre-se que, na fase de implantação do LNLS pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia e do CNPq, aplicou-se o equivalente a 70 milhões de dólares para a concretização deste projeto.

No ano de 2001, este programa de Auxílio Monetário a Pesquisadores teve um incremento de 255,74%, comparando-se ao ano de 2000.

Este programa de auxílio financeiro atendeu, no ano de 2001, a um total de 58 projetos científicos com o uso da luz síncrotron. Foram 41 projetos de pesquisadores brasileiros e 17 projetos de pesquisadores de instituições da América Latina e do Caribe.

Estes projetos, subsidiados pela ABTLuS, equivaleram a 32% do total de projetos utilizando luz síncrotron durante o exercício de 2001.

Segue-se um demonstrativo que evidencia os gastos com o Programa de Auxílio a Pesquisadores de Instituições Brasileiras, em 2001, por mês, instituição, estado, número de pesquisadores e os valores disponibilizados.

<b>QUADRO 9 - GASTOS COM O PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA PESQUISADORES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS NO ANO DE 2001</b>						
<b>MÊS</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ESTADO</b>	<b>NUMERO DE PESQUISADORES</b>	<b>%</b>	<b>VALOR DISPONIBILIZADO</b>	<b>%</b>
JANEIRO	UFRJ	RJ	1		235,00	
TOTAL MÊS			1	1,18	235,00	0,42
FEVEREIRO	UFRGS	RS	2		2.191,80	
	UFPE	PE	2		2.058,32	
TOTAL MÊS			4	4,71	4.250,12	7,68
MARÇO	CDTN-MG	MG	2		959,80	
	UFMG-MG	MG	2		1.549,80	
	UFRJ-RJ	RJ	2		1.266,80	
TOTAL MÊS			6	7,06	3.776,40	6,82
ABRIL	Não houve auxílios					
TOTAL MÊS						
MAIO	UFOP – MG	MG	1		562,40	
	PUC – RJ	RJ	2		914,40	
TOTAL MÊS			3	3,53	1.476,80	2,67
JUNHO	Não houve auxílios					
TOTAL MÊS						
JULHO	UFSC	SC	2		1.438,44	
	UFPE	PE	2		2.488,80	
	UFF – RJ	RJ	1		655,40	
	UFRJ – RJ	RJ	1		1.235,80	
	UFC	SC	2		3.173,65	
	PUC RJ	RJ	2		418,89	
	UFRJ	RJ	2		1.121,68	
TOTAL MÊS			12	14,12	10.532,66	19,04

**QUADRO 9 - GASTOS COM O PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA  
PESQUISADORES DE  
INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS NO ANO DE 2001**

<b>MÊS</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ESTADO</b>	<b>NUMERO DE PESQUISADORES</b>	<b>%</b>	<b>VALOR DISPONIBILIZADO</b>	<b>%</b>
AGOSTO	UFRJ	RJ	2		1.132,40	
	UFMG	MG	1		1.258,80	
	UFRJ	RJ	1		105,00	
	CETEC	MG	1		665,40	
	UFES	ES	3		1.742,06	
	UFRJ	RJ	3		1.354,80	
	UFC	SC	2		2.535,65	
<b>TOTAL MÊS</b>			<b>13</b>	<b>15,29</b>	<b>8.794,11</b>	<b>15,89</b>
SETEMBRO	CBPF	RJ	2		1.900,80	
	UFRJ	RJ	2		977,40	
	UFRJ	RJ	1		596,40	
	UFMG	MG	1		796,40	
	UFRJ	RJ	1		366,00	
	UFRJ	RJ	2		1.653,83	
	UFRGS	RS	2		1.684,80	
	UFPR	PR	2		549,76	
	UFRGS	RS	2		1.565,60	
<b>TOTAL MÊS</b>			<b>15</b>	<b>17,65</b>	<b>10.090,99</b>	<b>18,24</b>
OUTUBRO	UFMG	MG	3		1.721,80	
	UFRGS	RS	2		1.622,80	
	UFRJ	RJ	1		497,40	
	UFS	SP	2		2.377,95	
	UFF	RJ	1		441,40	
	UFRJ	RJ	2		757,60	
	UFRGS	RS	1		897,40	
<b>TOTAL MÊS</b>			<b>12</b>	<b>14,12</b>	<b>8.316,35</b>	<b>15,03</b>
NOVEMBRO	UFRGS	RS	2		1.482,80	
	UFRJ	RJ	3		846,80	
	UFRGS	RS	2		831,40	
	UFRJ	RJ	3		775,92	
	UFRGS	RS	1		629,40	
	UFRGS	RS	2		1.058,80	
<b>TOTAL MÊS</b>			<b>13</b>	<b>15,29</b>	<b>5.625,12</b>	<b>10,17</b>
DEZEMBRO	UFMG	MG	4		1.252,00	
	UFMG	MG	2		984,00	
<b>TOTAL MÊS</b>			<b>6</b>	<b>7,06</b>	<b>2.236,00</b>	<b>4,04</b>
<b>TOTAL AUX. A PESQUISADORES BRASILEIROS</b>			<b>85</b>		<b>R\$ 55.333,55</b>	

Por meio deste demonstrativo, verificam-se as diversas instituições de pesquisas beneficiadas por este programa. São instituições de inúmeros estados, mas, em especial, das regiões sul e sudeste, em virtude da concentração das pesquisas científicas nestas regiões.

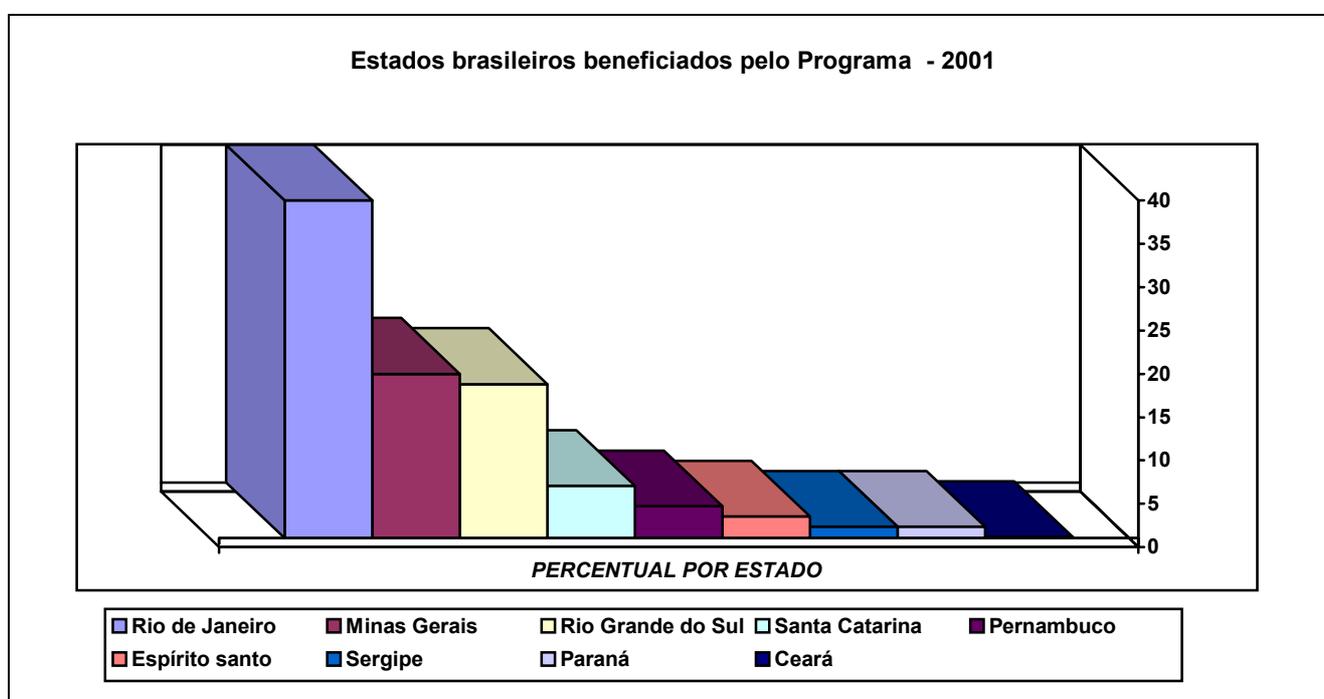
Durante os meses de abril e junho, no ano de 2001, não houve auxílios destinados a pesquisadores em virtude da indisponibilidade da fonte de luz síncrotron para a instalação de um equipamento cujo objetivo era o de melhorar a capacidade da máquina que gera a luz síncrotron.

A seguir, há um demonstrativo que evidencia a distribuição percentual do Programa de Auxílio Financeiro a Pesquisadores de instituições brasileiras por estados e por instituições.

<b>QUADRO 10 - INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE AUXÍLIO A PESQUISADORES BRASILEIROS NO ANO DE 2001</b>		
<b>ESTADO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>%</b>
Rio de Janeiro	UFRJ PUC CBPF UFF	40
Minas Gerais	UFMG UFOP CDTN CETEC	20
Rio Grande do Sul	UFRGS	18,82
Pernambuco	UFPE	4,71
Ceará	UFC	1,18
Espírito Santo	UFES	3,53
Sergipe	UFS	2,35
Santa Catarina	UFSC	7,06
Paraná	UFPR	2,35
<b>Total</b>		<b>100%</b>

Com a finalidade de se obter uma visão mais objetiva dos estados brasileiros beneficiados pelo Programa de Auxílio Pecuniário a pesquisadores de instituições brasileiras, em 2001, é evidenciado abaixo um gráfico demonstrando esta distribuição.

**GRÁFICO 2 - Estados brasileiros beneficiados pelo Programa de Auxílio Pecuniário a pesquisadores de instituições brasileiras em 2001**



A seguir, veja-se um demonstrativo dos gastos com o Programa de Auxílio a Pesquisadores de Instituições Latinas Americanas e do Caribe, em 2001, por mês, instituição, país, número de pesquisadores e os valores disponibilizados.

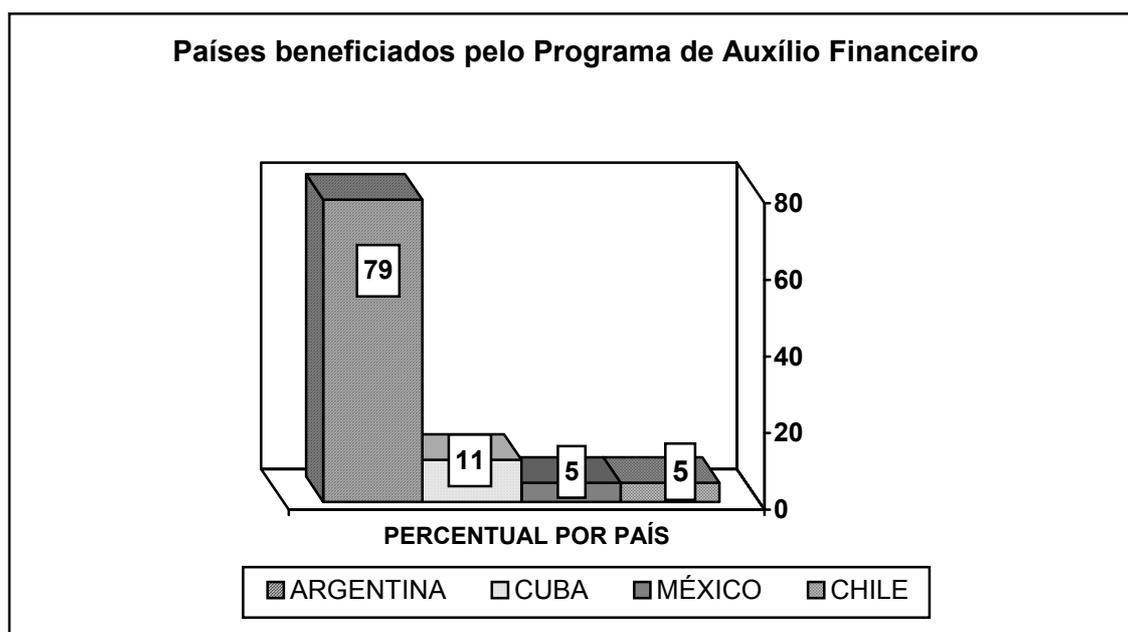
<b>QUADRO 11 – DISPÊNDIOS COM O PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA PESQUISADORES DE INSTITUIÇÕES LATINO-AMERICANAS E CARIBE EM 2001</b>						
MÊS	INSTITUIÇÃO	PAÍS	NUMERO DE PESQUISADORES	%	VALOR DISPONIBILIZADO	%
JULHO	Universidade Nac. Córdoba	ARGENTINA	04	21	R\$ 2.400,00	12
AGOSTO	Universidade Nac. Córdoba	ARGENTINA	03	21	R\$ 2.270,60	21
	Instituto Politécnico Nacional do México	MÉXICO	01		R\$ 2.093,38	
SETEMBRO	Universidade Nac. Córdoba	ARGENTINA	02	11	R\$ 2.744,50	13
OUTUBRO	Universidade Nac. Córdoba	ARGENTINA	03	26	R\$ 2.181,55	36
	Universidad de La Habana	CUBA	02		R\$ 5.212,00	
NOVEMBRO	Centro Atômico Bariloche	ARGENTINA	01	21	R\$ 927,70	17
	Universidad de Chile	CHILE	01		R\$ 1.324,20	
	Universidade Nacional de La Plata	ARGENTINA	02		R\$ 1.284,16	
DEZEMBRO	----	----	-----		-----	-----
<b>TOTAL</b>			<b>19</b>		<b>R\$ 20.438,09</b>	

A seguir, avalie-se o demonstrativo por país, pesquisadores, instituição e quantidade de pesquisadores por instituição, beneficiados pelo Programa de Auxílio Financeiro para Pesquisadores de Instituições Latinas-americanas e Caribe, durante o ano de 2001.

**QUADRO 12 – PAÍSES, PESQUISADORES, INSTITUIÇÃO E QUANTIDADE DE PESQUISADORES, POR INSTITUIÇÃO, BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA PESQUISADORES DE INSTITUIÇÕES LATINO-AMERICANAS E CARIBE EM 2001**

PAIS	QUANTIDADE PESQUISADORES	%	INSTITUIÇÃO	PESQUISADOR POR INSTITUIÇÃO	%
ARGENTINA	15	79	UNIVERSIDADE NACIONAL DE CÓRBODA	12	63
			UNIVERSIDADE NACIONAL DE LA PLATA	2	11
			CENTRO ATÓMICO DE BARILOCHE	1	5
CUBA	2	11	UNIVERSIDAD DE LA HABANA	2	11
MÉXICO	1	5	INSTITUTO POLITÉCNICO NACIONAL DO MÉXICO	1	5
CHILE	1	5	UNIVERSIDADE CHILE	1	5
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>			<b>19</b>	

**GRÁFICO 3 - PAÍSES BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA PESQUISADORES DE INSTITUIÇÕES LATINO-AMERICANAS E DO CARIBE, DURANTE O ANO DE 2001.**



Conforme evidenciado neste gráfico, verifica-se que apenas 4 países foram beneficiados pelo programa de Auxílio Financeiro para Instituições Latino-americanas e do Caribe, no ano de 2001, sendo a Argentina a maior beneficiada com 79% dos recursos disponibilizados.

#### 4.2) Bens Desenvolvidos Internamente

Com relação aos bens desenvolvidos internamente, representados por gastos com a construção de equipamentos destinados a projetos de pesquisas, ao término dos quais, estes bens serão disponibilizados para os cientistas, houve uma queda de 24,37%, em 2001, comparando-se com o ano de 2000. Esta queda deveu-se ao fato de que, em 2000, houve um volume de importações significativo para a construção de um complexo equipamento, denominado síncrotron injetor, cuja finalidade é melhorar a confiabilidade geral da Fonte de Luz Síncrotron.

#### 4.3) Programa de Bolsistas de Verão

A ABTLuS mantém igualmente, um programa de capacitação, denominado Programa de Bolsistas de Verão, destinado a estudantes do Brasil, da América Latina e do Caribe, onde são selecionados anualmente 12 estudantes para um estágio. Este programa é realizado nos meses de janeiro e fevereiro de cada ano, dando-se ênfase à pesquisa e à independência intelectual do jovem estudante.

Todos os gastos destes bolsistas, como passagens, estadas, refeições e uma ajuda de custo são pagas, em sua totalidade, pela instituição.

Faz parte do programa que ao final do estágio os bolsistas apresentem, individualmente, um seminário e um relatório escrito de suas atividades durante este período.

## **5. ESCLARECIMENTO DOS OUTROS INDICADORES SOCIAIS INSERIDOS NO BALANÇO SOCIAL PROPOSTO**

O Balanço Social é um instrumento de ligação, um elo entre as instituições e a sociedade, e a sobrevivência das empresas está diretamente atrelada a esta condicionante. Em virtude disto, a instituição necessita prestar contas à sociedade de como usa os seus recursos e se parte destes recursos estão sendo direcionados ao bem-estar social. O Balanço Social é o instrumento necessário para melhorar a compreensão da empresa pelos seus agentes.

Este Balanço Social proposto evidenciou indicadores da organização para que a sociedade tenha conhecimento de como têm sido utilizados os recursos públicos que a ela foram confiados.

Conforme visto anteriormente, a instituição, objeto deste estudo, é de caráter essencialmente social pois é mantida com recursos públicos, ou seja, a sua manutenção é feita mediante recursos compulsoriamente pagos pela

sociedade brasileira. Desta forma, todas as ações operacionais da instituição são ações verdadeiramente sociais, pois é a sociedade que a mantém.

As instituições com estas características deveriam ser as primeiras a divulgarem ampla e detalhadamente como utilizam os recursos públicos. Infelizmente não é o que se tem observado na sociedade brasileira.

Com base neste modelo de Balanço Social aqui proposto, buscou-se dar maior evidência às atividades da ABTLuS com o propósito de poder, por seu intermédio, colaborar na eficácia da gestão. Serviria, assim o modelo como um instrumento de suporte ao planejamento, à execução e ao controle da instituição.

#### 5.1) Horas de luz síncrotron

As horas de luz síncrotron disponibilizadas para os usuários teve uma redução de 20,50% de 2001 para 2000. Esta redução foi motivada pela colocação em operação do novo síncrotron injetor, o que fez que o fornecimento de luz síncrotron ficasse indisponibilizada para os pesquisadores durante alguns meses no ano de 2001.

Além da instalação deste equipamento, que possibilitou uma melhora da confiabilidade da fonte de luz síncrotron em 2001, o racionamento de energia elétrica obrigou a instituição a rever as suas metas de disponibilização de luz síncrotron de 2.380 horas, como estava previsto, para 2.240 horas. Esta

redução só não foi mais representativa pela entrada em operação, no mês de setembro, de um grupo gerador de energia elétrica, possibilitando a recuperação de parte do tempo disponível de feixe de luz síncrotron para os pesquisadores que procuraram a instituição. Caso não houvesse ocorrida a instalação deste gerador, a queda do índice de disponibilidade de luz síncrotron teria sido ainda mais acentuada.

Ao todo foram disponibilizadas, no ano de 2001, o total de 23.420 horas de feixe de luz síncrotron, ao custo de R\$ 416,00 (Quatrocentos e Dezesesseis Reais) a hora-linha. Dados obtidos por meio do Relatório Anual do Contrato de Gestão, página 41.

## 5.2) Horas de microscópio eletrônico

As horas de operações dos microscópios eletrônicos, no ano de 2001, disponibilizadas para os usuários somaram 3.494. No ano anterior, não havia um controle destas horas; só havia o controle do número de projetos utilizando estas ferramentas. O custo da hora-microscópio em 2001 foi de R\$ 446,00 (Quatrocentos e quarenta e seis reais), conforme dados obtidos do Relatório Anual do Contrato de Gestão, página 41.

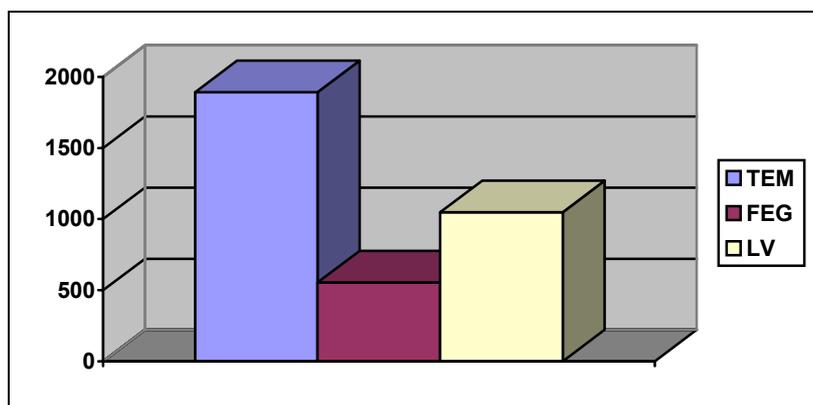
O Laboratório de Microscopia Eletrônica está desde 23 de março de 1999 disponibilizando os equipamentos para a comunidade científica, colaborando para o desenvolvimento das pesquisas científicas realizadas no Brasil.

Até o momento o Laboratório de Microscopia Eletrônica opera com estes três microscópios:

- a) Microscópio Eletrônico de Transmissão (TEM)
- b) Microscópio Eletrônico de Varredura com canhão de Emissão de Campo (FEG)
- c) Microscópio Eletrônico de varredura de Baixo Vácuo (LV)

Durante o ano de 2001, o tempo de operação dos microscópios esteve distribuída da seguinte forma:

#### Horas de Operação dos microscópios



**Fonte:** Relatório Anual do Contrato de Gestão ( 2001:18)

Cabe lembrar que o Laboratório de Microscopia Eletrônica, instalado na ABTLuS, permite a realização de pesquisas únicas neste gênero no país. São equipamentos atualizados e de grande potência, permitindo a realização de pesquisas de ponta relacionadas à micro e à nanotecnologia.

5.3) Pesquisadores que tiveram acesso aos Laboratórios do Centro de Biologia Molecular Estrutural (CEBIME).

O CEBIME iniciou suas operações, na ABTLuS, no final do ano de 1999 e encontra-se atualmente muito bem estruturada. Conforme o Relatório Anual do Contrato de Gestão (2001:22), poucas instituições estrangeiras possuem todos os equipamentos existentes no CEBIME ou tem a competência para operá-los. Inúmeros destes equipamentos foram adquiridos também com recursos da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A infra-estrutura existente no CEBIME permite estudar as proteínas desde a clonagem do gene até a sua elucidação.

Em relação ao aspecto social, e dados os investimentos que estão sendo feitos no CEBIME, tem aumentado o número de pós-doutores, estudantes de pós-graduação e de iniciação científica que, em congressos e publicações, têm divulgado os resultados de suas experiências científicas.

O CEBIME iniciou em 2001, após concluir um conjunto completo de instalações, a segunda etapa do Programa de Biologia, que consiste na formação de redes de trabalhos com a finalidade de expandir a área de Biologia estrutural, de grande importância, mas ainda incipiente no Brasil.

Conforme consta no Relatório do Contrato de Gestão (2001:23),

“Estas redes têm dupla finalidade que é formar e treinar novos grupos de pesquisas na área, ampliando a atuação do Brasil em biologia estrutural e resolver um certo número de proteínas, muitas associadas aos projetos genomas existentes no país.”

Em caráter experimental, no ano de 2001, 15 usuários-colaboradores, por meio de projetos-piloto, tiveram acesso ao CEBIME para realizar suas pesquisas.

Por intermédio de ações do CEBIME, conforme já exposto, ressaltam-se outras ações sociais, no campo da pesquisa científica, as quais não estão relacionadas simplesmente à micro e à nanotecnologia ou à luz síncrotron, mas, também, à Ciência Biológica.

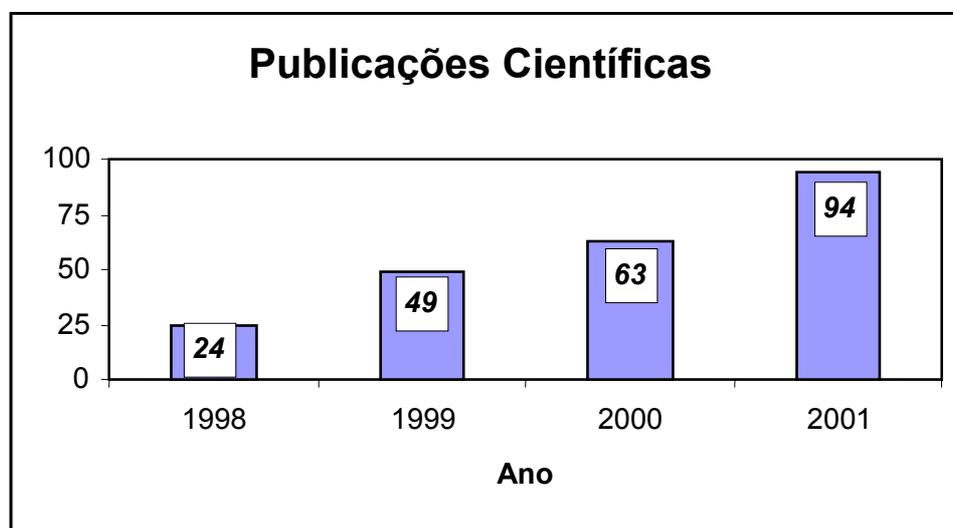
#### 5.4) Publicações dos pesquisadores

Com relação às publicações dos pesquisadores, houve um aumento significativo de trabalhos publicados de um ano para o outro, passando de 63 publicações em 2000 para 94 publicações no ano de 2001, um acréscimo,

portanto, de 49,21%. Este aumento tem se tornado uma tendência desde a entrada em funcionamento da ABTLuS, no ano de 1998.

O Gráfico, a seguir, permite-nos identificar a evolução, de 1998 a 2001, das publicações científicas resultantes do uso das instalações do LNLS.

**GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO, DE 1998 A 2001, DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS RESULTANTES DO USO DAS INSTALAÇÕES DO LNLS.**



**Fonte:** Relatório Anual do Contrato de Gestão (2001:32)

Ao se analisar o gráfico, verifica-se que o número de publicações decorrentes do uso da infra-estrutura do LNLS tem sido crescente, o que é um bom indicador, também, para a sociedade brasileira.

Conforme consta no Relatório de Contrato de Gestão (2001:31), em 2001, foi implantado o banco de dados de Publicações do LNLS, o que permitiu agrupar as publicações da seguinte forma:

1. Interna: Pesquisa liderada por pesquisador do LNLS, mesmo contando com a participação de pesquisadores externos;

2. Colaboração: Pesquisa liderada por pesquisadores externos ao LNLS mas com participação de, pelo menos, um pesquisador do LNLS;

3. Externa: Pesquisa realizada utilizando, pelo menos, uma das instalações do LNLS e liderada por pesquisador externo, sem a participação de nenhum pesquisador do LNLS. Pode haver, nesse caso, participação de técnicos, engenheiros, físicos, químicos e biólogos do LNLS. Mesmo com o endereço do LNLS na publicação, a pesquisa, nesse caso, é, ainda, considerada externa;

4. Associada: Pesquisa liderada por pesquisador associado (*joint appointment*) ao LNLS, quando, para sua elaboração, vale-se de alguma das instalações do laboratório em questão.

Quanto às publicações, conforme consta no Relatório Anual do Contrato de Gestão (2001:32), fica evidente que 68% delas em periódicos indexados, em 2001, decorreram de pesquisas realizadas no LNLS, lideradas por pesquisadores externos.

Este fato mostra que, mediante o uso das instalações de pesquisas, da infra-estrutura e ampliação do seu corpo de colaboradores, propicia-se o efeito desejado, na medida em que está havendo um crescimento relativo à pesquisa

científica, e isto melhora as expectativas de uma sociedade brasileira mais evoluída e menos dependente.

As publicações dos pesquisadores da instituição tiveram um aumento de 38,89%, comparando-se o ano de 2001 com o ano imediatamente anterior.

Para se considerar o artigo como pertencente ao do pesquisador, leva-se em consideração o fato de o nome do mesmo constar na relação de autores do artigo.

Em 2000, havia 17 pesquisadores no quadro de funcionários da ABTLuS. Foram feitas 36 publicações em periódicos indexados, equivalendo a uma média de 2,1 artigos publicados por pesquisador da casa.

No ano de 2001, constava no quadro de pessoal da ABTLuS, 22 pesquisadores, o que corresponde a 2,3 artigos publicados por pesquisador da instituição.

#### 5.5) Orientação a estudantes e pesquisadores

As orientações a estudantes e pesquisadores foram também priorizadas pelos gestores da instituição. Este fato pode ser comprovado pelo relevante aumento percentual de 77,50%, sendo 40 orientações no ano de 2000, passando para 71 orientações no ano de 2001.

Foram orientados 8 estagiários de outras instituições, 17 bolsistas de iniciação científica, 7 alunos com bolsas técnicas, 24 alunos de pós-graduação além da supervisão de 15 pós-doutores durante o ano exercício de 2001.

Considerando-se o número de pesquisadores da instituição chega-se à taxa de 1,1 aluno de pós-graduação por cada pesquisador, já que no ano de 2001, estavam ativos 22 pesquisadores registrados nesta função.

#### 5.6) Cursos oferecidos

A ABTLuS realizou 8 cursos durante o ano de 2001, com um expressivo aumento de 100%; no ano de 2000, foram oferecidos 4 cursos.

O número total de participantes nos cursos oferecidos pela ABTLuS no ano de 2001 foi 8,88% maior que o número de participantes em 2000, isto é, são 233 e 214, respectivamente. Conte-se a participação de pesquisadores do Brasil e do exterior.

#### **QUADRO 13 - Cursos oferecidos, pela ABTLuS, durante o ano de 2001**

<b>Título do curso</b>	<b>Período</b>	<b>Partic.</b>
EXAFS Analysis Using FEFF and FEFFIT	08-10/mai	23
Sistemas Nanoestruturados	11-13/jul	18
Fundamentos e Aplicações da Espectroscopia de Raios X	16-17/jul	38
Fundamentos, Instrumentação e aplicações de espalhamentos de Raios X a Baixos Ângulos	16-17/jul	40
Cristalografia de proteínas	05-07/nov	16
Dicroísmo Circular	19-21/nov	17
Espectroscopia de Ultravioleta de Vácuo	21-23/nov	23
Fundamentos e Aplicações da Espectroscopia de Absorção de Raios X	03-04/dez	58

**Fonte:** Relatório Anual de Contrato de Gestão da ABTLuS (2001:35)

### 5.7) Projetos usando luz síncrotron

Mesmo considerando-se o período em que a fonte de luz síncrotron esteve indisponível nos meses de abril a junho de 2001, para a instalação do síncrotron injetor, e a revisão da meta de disponibilização da fonte de luz, por causa do racionamento de energia, o número de projetos usando luz síncrotron teve um aumento de 27,46%, passando de 142 projetos em 2000 para 181 no ano de 2001. Mais de 260 pesquisadores utilizaram as instalações das linhas de luz, em especial no segundo semestre.

Do total de projetos utilizando a fonte de luz síncrotron, 85% têm sua origem no Brasil e o restante, ou seja, 15% são advindos do exterior.

#### QUADRO 14 - EVOLUÇÃO DOS PROJETOS BRASILEIROS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, REALIZADOS NAS LINHAS DE LUZ DESDE 1997

Origem	2º Sem 97		1998		1999		2000		2001	
São Paulo	61	61,0%	138	61,1%	126	74,6%	93	65,5%	112	61,9%
Outros Estados	29	29,0%	47	20,8%	16	9,5%	28	19,7%	42	23,2%
Outros Países	10	10,0%	41	18,1%	27	16,%	21	14,8%	27	14,9%
<b>Total</b>	<b>100</b>		<b>226</b>		<b>169</b>		<b>142</b>		<b>181</b>	

Fonte: Relatório Anual de Contrato de Gestão da ABTLuS (2001:13)

Analisando-se este indicador de projetos utilizando luz síncrotron, desde a sua disponibilização, em 1997 até o ano de 2001, evidencia-se claramente que os pesquisadores do estado de São Paulo são os que mais utilizam a luz síncrotron, em comparação com os demais estados da federação.

Isto leva a inferir por que os dirigentes da instituição incentivam pesquisadores de outros estados a utilizarem a infra-estrutura da ABTLuS, por meio do Programa de Ajuda Financeira para Pesquisadores Brasileiros de outras instituições.

Todos os pesquisadores da federação podem candidatar-se a este Programa de Ajuda Financeira, com exceção daqueles residentes no estado de São Paulo.

#### 5.8) Projetos usando micro e nanotecnologia

Os projetos usando a infra-estrutura de pesquisa em micro e nanotecnologias, disponibilizadas na ABTLuS, também tiveram um crescimento considerável, passando de 86 projetos, em 2000, para 125, em 2001, o que corresponde a um aumento de 45,35%.

A infra-estrutura usando a micro e nanotecnologia da ABTLuS é composta por:

- a) Laboratório de Microscopia Eletrônica (LME);

- b) Laboratório de Microfabricação (MIC);
- c) Laboratório de Microscopia de Força Atômica de Tunelamento (MTA)
- d) Grupo de Teoria (TEO)
- e) Grupo de Optoeletrônica (OPT) – encerrado em 2001.

**QUADRO 15 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS, POR LABORATÓRIOS, DAS INSTALAÇÕES DE MICRO E NANOTECNOLOGIAS**

<b>Projetos (2001)</b>	<b>LME</b>	<b>MTA</b>	<b>MIC</b>	<b>OPT</b>	<b>Total</b>
Externos	71	6	12	11	100
Internos	15	3	5	2	25
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>125</b>

**Fonte:** Relatório Anual de Contrato de Gestão da ABTLuS (2001:16)

Assim como a maioria dos indicadores sociais da ABTLuS, este indicador, de micro e nanotecnologia também teve uma tendência ao crescimento.

#### 5.9) Visitantes recebidos

As visitas recebidas pela ABTLuS foram oriundas de escolas de Ensino Médio, Universidades e Centros de Pesquisas Nacionais, Universidades e Centros de Pesquisa Internacionais, participantes de Congressos Nacionais e Internacionais.

Em razão dos melhoramentos, ou seja, a instalação do síncrotron injetor, ocorrido no anel de armazenamento de elétrons, o que obrigou a instituição a diminuir o número de acesso de visitas ao LNLS, impactando com uma redução de 59,46% durante o ano de 2001, em relação ao período de 2000.

#### 5.10) Média de horas de treinamento dos funcionários

No ano de 2001, conforme o Relatório Anual do Contrato de Gestão (2001:35), o número de colaboradores da ABTLuS era de 217, incluindo-se os bolsistas. Considerando-se que foram realizadas 5.128 horas de treinamento, isto dá a média de 23,6 horas de treinamento dos funcionários da ABTLuS no período.

O modelo de Balanço Social sugerido, que faz uma combinação com o modelo sugerido pelo IBASE, fornece inúmeras informações para os usuários destas, mas que necessita estar incessantemente sendo atualizado com dados que venham a evidenciar os atos da instituição que tenham relação direta com o social.

Sugeriu-se a inclusão de uma coluna de variação percentual para que se possa verificar as mudanças ocorridas de um exercício para o outro, com o propósito de demonstrar se houve uma melhora ou não nos indicadores, facilitando esta visão para os usuários destas informações. Foram inclusos, também, indicadores sociais específicos da instituição, única no Brasil, julgadas

de maior relevância, para a transparência dos atos sociais do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron para a sociedade e acredita-se que se proporcionou uma parcela de contribuição para o desenvolvimento do Balanço Social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho objetivou elaborar o balanço social desta instituição, para evidenciar, às operações específicas deste centro de pesquisas à sociedade brasileira, a qual foi responsável pelo repasse das subvenções públicas e conseqüentemente sua manutenção e melhoria. O objetivo foi alcançado pois não faltaram elementos a serem analisados para se chegar às metas anteriormente propostas.

Por meio deste trabalho de pesquisa, foi possível elencar uma série de atividades da instituição, durante um determinado período de tempo, e enquadrá-las neste modelo de Balanço Social, ficando evidente que a instituição está gerando conhecimento para a sociedade brasileira, servindo como um embrião para os pesquisadores.

A Associação aqui avaliada, além de se enquadrar, salvo algumas exceções, nos demonstrativos padrões de balanços sociais existentes, com este modelo proposto, à avaliação, oportunizou uma melhor visualização das suas atividades, tendo em vista demonstrar à sociedade como têm sido aplicados os recursos públicos que lhes foram confiados, para que haja uma melhor e maior compreensão, por parte da comunidade, da necessidade de manutenção da instituição.

Esta evidenciação também deveria servir de exemplo para todos os órgãos mantidos com recursos dos cidadãos brasileiros.

Depois de analisado o desempenho da instituição, verificou-se que ela está cumprindo com a sua missão social, pois no ano de 1987, quando se começou o projeto de construir uma fonte de luz síncrotron aqui no Brasil, isto não passava de um plano, que teria que percorrer árduos caminhos, e não se sabia se um dia o país pudesse entrar para um elitizado grupo de países capazes de produzir luz síncrotron.

Dez anos depois, em julho de 1997, este objetivo foi alcançado e o Laboratório pode fornecer a comunidade científica brasileira uma fonte de luz síncrotron, sendo o maior equipamento disponível no país para fins de pesquisas científicas, ou seja, os planos foram materializados e hoje dispomos de uma fonte de luz síncrotron equiparada as melhores do mundo. Este projeto, felizmente, não ficou pelo meio do caminho como tantos outros projetos financiados com recursos dos cidadãos brasileiros.

Os indicadores do Laboratório evidenciam que, em geral, está havendo uma melhora no seu desempenho de um exercício para o outro.

Leve-se em consideração o fato do nosso país ser caracterizado como um país pobre, cujos recursos financeiros disponibilizados para a pesquisa científica são escassos em comparação aos principais países da Europa, Ásia e América do Norte.

Este Laboratório procura dar a sua parcela de contribuição para melhorar a pesquisa científica brasileira, buscando minimizar a dependência do nosso país em relação a outras nações mais desenvolvidas, conseqüentemente estará agregando considerável valor ao capital intelectual dos nossos pesquisadores.

Por esta óptica, a instituição está cumprindo a sua missão social pois está concretizando as propostas anteriormente definidas, sendo que, também proporciona à comunidade informações inéditas relacionadas a um instrumento único existente para fins das pesquisas científicas brasileiras.

A instituição utiliza o Relatório Anual de Contrato de Gestão para prestar contas de como investiu as subvenções, repassadas principalmente pelo Governo Federal, dentro de determinado exercício. Por meio deste Balanço Social proposto espera-se que ele venha complementar às informações disponibilizadas aos usuários das informações, pois o modelo objetiva ser mais claro e objetivo, facilitando desta forma o entendimento das suas ações sociais, para que se tome conhecimento se a instituição está efetivamente cumprindo com a sua função social.

A objetividade, foi também um dos propósitos deste trabalho, pois a quantidade de informações externadas são inúmeras, sendo selecionadas aquelas julgadas de maior relevância para demonstrar as ações da instituição. Sendo a disponibilização de uma fonte de luz síncrotron a principal delas.

O Balanço em questão foi um demonstrativo que ajudou a medir e a evidenciar, dentro das características gerenciais e sociais, as atitudes, o desempenho desta instituição, e que se propôs a servir como um instrumento de planejamento, execução e controle, visando auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, pois, indicadores considerados relevantes puderam ser evidenciados.

Este trabalho de pesquisa foi o primeiro, nesta instituição, a tratar da maioria dos aspectos evidenciados no balanço social, desta forma pode ser conhecido inúmeros indicadores gerenciais e sociais, anteriormente não detalhados, aos usuários das informações e que sem dúvida poderá cooperar na condução empresarial.

Verificou-se a geração do valor adicionado e a sua distribuição a diversos beneficiários, além de transparecer os dispêndios da instituição com os recursos humanos, contribuições à sociedade em geral, auxílios monetários a pesquisadores, os bens desenvolvidos internamente, além de outros indicadores operacionais da instituição. Às questões ambientais não tiveram destaque pois não houve, durante o período analisado, registros relevantes desta vertente do Balanço Social.

O modelo de Balanço Social apresentado, com um maior número de detalhamento, é um meio direto de ligação entre este laboratório de pesquisa e

a sociedade, podendo também ser útil para um maior número de pessoas, mormente para aquelas intrinsecamente ligadas à instituição.

Não se teve neste trabalho de pesquisa a pretensão de servir como um modelo que não necessite de melhorias, que o assunto esteja esgotado, pois, assim como a Ciência Contábil ele necessita estar constantemente em desenvolvimento, para que desta maneira acompanhe o progresso da sociedade.

Este Balanço Social com as sugestões propostas está contribuindo, ainda que modestamente, para o trabalho definido como referencial teórico na medida que oferece sugestões para melhorar a estrutura e o entendimento dos demonstrativos das ações das empresas para o social.

Não se teve neste trabalho de pesquisa a pretensão de servir como um modelo que não necessite de melhorias, que o assunto esteja esgotado, pois, assim como a Ciência Contábil ele necessita estar constantemente em desenvolvimento, para que desta maneira acompanhe o progresso da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELCHIOR, F.V.E. **Campanha pelo balanço social é lançada.** Gazeta Mercantil. São Paulo, 19 jun.1997. Caderno A.

BNDES. **Empresas, responsabilidade corporativa e investimento social.** Relato Setorial No.1, da AS/GESET, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_ **Balanço social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa.** Relato Setorial No. 2, da AS/GESET, Rio de Janeiro, 2000.

BORGES, C. Balanço social deve ser divulgado pelas empresas – A proposta é criar um Conjunto de indicadores do relacionamento com empregados e a comunidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jul.1997.

BRASIL. Lei No. 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mai.1997. Seção I, p.92.

BRASIL. *Projeto de Lei* no. 3.116, de 14 de maio de 1997. Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.

BRASIL. Proposta de Alterações ao Projeto de Lei 3116/97, substituído pelo 32/99. Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.

BRASIL. *Anteprojeto de Alteração da Lei* no. 6.404/76, de 27 de abril de 1998. Altera dispositivo da Lei no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estende às sociedades de grande porte algumas disposições contidas na Lei no. 6404/76 e cria o Comitê Superior de Estudos e Normas Contábeis.

CAPPELIN, P.; GIULIANI, G.M. Orçamento e Democracia. **Boletim do Ibase** - Ano 6, Número 11 Fev. 1999. pág.10 e 11.

CARVALHO, L. N. G. Contabilidade & Ecologia: uma exigência que se impõe. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Rio de Janeiro, 20 (75), abr./jun.,1991.

DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1991a.

\_\_\_\_\_ **Demonstração do Valor Adicionado**. 1991. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991b.

ERSKINE, J.A.; LEENDERS, M.R. **Case Research: The Case Writing Process** - Research and Publications Division, School of Business Administration. The University of Western Ontario, London, Ontario, Canadá , 1989.

**IOB - Boletim Temática Contábil e Balanços** – Uma Nova Demonstração Contábil Pleiteada no Projeto de Reforma da Lei das S/A: A do Valor Adicionado. Ano XXXI – 3a. Semana de Julho de 1997 - No. 29, São Paulo, 1997. 9p.

**ISTO É O LNLS**: publicação interna da instituição. Campinas, SP – jan. 2002. 16p.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 508 p.

IUDÍCIBUS, S. Utilização de informações contábeis para finalidades econômicas. **Boletim do Contador**. São Paulo: Ibracon, n.º 145, jun. 1990.

KROETZ, C. E. S. **Balanço Social Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 162 p.

MARQUÈS, E. **Le Bilan Social**, l'homme, l'entreprise, La Cité. Paris: Dalloz, 1978.

MARTINS, V. A. Contabilidade Social – da origem a prática atual (1a parte).  
Temática Contábil e Balanços – **Boletim IOB**. São Paulo, nº. 10, 1999. 13p.

\_\_\_\_\_ Contabilidade Social – da origem a prática atual (2a.parte). Temática  
Contábil e Balanços – **Boletim IOB**. São Paulo, nº. 11, 1999.15p.

\_\_\_\_\_ Contabilidade Social – da origem a prática atual (3a.parte). Temática  
Contábil e Balanços – **Boletim IOB**. São Paulo, nº. 12, 1999.13p.

MOTTA, F. C. Meio ambiente e Balanço Social. **Boletim do Ibracon**. São  
Paulo, ano 20, n.º 228, p.2, maio 1997.

MOREIRA, D. A. Etapas de uma Dissertação de Mestrado. **Revista Álvares  
Penteado**, São Paulo, V. 1, nº 2, Jul. 1999.

NASSIF, L. O balanço social das empresas. **Folha de São Paulo**. São Paulo,  
16 mai.1997.

**RELATÓRIO ANUAL 2000** – Contrato de Gestão ABTLuS – CNPq/MCT para  
operação do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. 73 p.

**RELATÓRIO ANUAL 2001** – Contrato de Gestão ABTLuS – CNPq/MCT para  
operação do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. 101 p.

RIBEIRO, M. S.; LISBOA, L. P. Balanço Social: instrumento de divulgação da interação da empresa com a sociedade. In: **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 23**. Anais. Rio de Janeiro; ANPAD, 1999.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade e Meio Ambiente**. 1992. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

RIOLI, V. A. Origens do Balanço Social. Artigo de 1997 – **Seminário Balanço Social – Participação X Responsabilidade Empresarial**. São Paulo. Abamec Nacional. 03 de Novembro de 1997, p.2.

SÁ, A. L. Considerações sobre a contabilidade social. Temática Contábil e Balanços – **Boletim IOB**, Ano XXXI – 4ª Semana de Setembro de 1997 nº. 39, 1997, 11p.

SANTOS, A.; CARVALHO, L. N. Balanço social, um indicador de excelência. **Revista Exame**. Melhores e Maiores, São Paulo. 10 set.1997. Edição 644.

SANTOS, A.; FREIRE, F. S.; MALO, F. B. O Balanço Social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento as demonstrações contábeis. In: **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 22**. Anais. Foz de Iguaçu: ANPAD, 1998.

SANTOS, A. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado – DVA : Um instrumento para medição da geração e distribuição de riquezas das empresas.** 1999. 275f. Tese (Livre-docência em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

SOARES, R. C. Empresa-cidadã e balanço social. **Gazeta Mercantil.** São Paulo, 04 nov. 1997.

SOUZA FILHO, J. V. **Contribuição para a implantação e divulgação do balanço social.** 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

SOUZA, H. Empresa Pública e Cidadã. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 26 mar.1997a. p. 2-2.

\_\_\_\_\_ Balanço Social: voluntário ou obrigatório? **Folha de São Paulo.** São Paulo, 07 abr.1997b, Caderno 1.

\_\_\_\_\_ Balanço Social nas empresas públicas. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 06 mai.1997c, Caderno 1.

\_\_\_\_\_ Empresa pública e cidadã. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 26 mar.1997d. Caderno 1.

SOUZA, L.; VELLOSO, E. Herança de Betinho é o sonho de um País melhor.

**Gazeta Mercantil.** São Paulo, 11 ago.1997c.

SUCUPIRA, J. A.; SILVA, C. A. T.; FREIRE F. S. **Balço Social – Teoria e**

**Prática,** São Paulo: Atlas, 2001. 173 p.

SUPLICY, M. O que é balanço social ? **Folha de São Paulo.** São Paulo, 10

jun.1997. Caderno Tendências e Debates, p.7.

**SYNCHROTRON RADIATION NEWS** – Gordon and Breach Science Publishers

- Vol. 6, No.1 – PA : USA - January/February 1993.

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade Ambiental – A Busca da Eco-Eficiência**

Disponível em: <<http://www.redecontabil.com.br/artigos/ambiental.pdf>> Acesso em: 23 nov.2002.

TINOCO, J. E. P. **Balço Social – Uma abordagem sócio-econômica da**

**contabilidade.** 1984. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de

São Paulo. São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_ **Balço Social – Uma Abordagem da Transparência e da**

**Responsabilidade Pública das Organizações.** São Paulo: Atlas, 2001. 243 p.

VASCONCELOS, N. P. **Manual para edição de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. São Paulo: Fiúza Editores, 2002. 256 p.

VASCONCELOS, Y. L. O Balanço social como instrumento de gestão. **IOB COMENTA**, Ano II – Edição 44/2000 – 1a. semana de novembro.

\_\_\_\_\_Algumas reflexões sobre o Balanço Social. **IOB COMENTA**, 08/2001 - 4a. Semana de fevereiro.

\_\_\_\_\_Criando e adicionando valor social. **IOB COMENTA**, 10/2001 - 2ª Semana de Março

\_\_\_\_\_Elaborando um Balanço Social para suporte à gestão de RH. **IOB COMENTA**, 03/2001- 3a. Semana de Janeiro.

VILELA, M. Respeito e responsabilidade social. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 jul. 1999. Opinião – pág. 3.

YIN – R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Trad.: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

## **ANEXOS**

**ANEXO A - Projeto de Lei Federal número 3.116/97 de 14/05/1997**

Câmara dos Deputados

Projeto de Lei 3.116/97

**Cria o Balanço Social para as empresas que menciona e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

I - as empresas privadas que tiverem cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II - as empresas públicas, sociedade de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano,

Art. 3º O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I - A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e o valor total pago as empresas prestadoras de serviço;

II - Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas extras trabalhadas; valor total das horas extras pagas;

III - Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV - Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V - Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante,

VI - Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII - Saúde dos empregados: valor dos gastos com plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII - Segurança no trabalho: valores dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX - Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas, transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X - Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações previdenciárias,

XI - Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esporte, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII - Investimentos em meio ambiente: reflorestamento, despoluição; gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

Parágrafo único. Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4º As empresa mencionadas no art. 1º deverão dar publicidade ao seu Balanço Social, na forma dos arts. 7º e 8º desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.

Parágrafo único. As empresas que são obrigadas a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço Social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômica-social, em nível nacional e regional.

Art. 6º É facultada às empresas não mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º a apresentação do Balanço Social.

Art.7º. O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seus primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8º É garantido o acesso a divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgãos governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9º. As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidos pela legislação.

Art. 10. As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficarão impedidas de participar de licitações e contratos da Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo único. O Poder Legislativo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no art. 1º ao final de cada exercício.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias,

Art. 12. Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao ano de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

### **Justificativa**

Um dos consensos mundiais no século XX, expressado inclusive na Cúpula do Desenvolvimento Humano de Copenhagem/95, diz respeito ao compromisso das empresas de se empenharem na promoção do desenvolvimento social.

Nas últimas décadas, assiste-se a uma crescente preocupação das empresas, no Brasil e em todo o mundo, em realizar investimentos que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade onde a empresa se insere.

Em nosso país, medidas de diferentes naturezas (incentivos fiscais, por exemplo) já têm sido tomadas com o intuito de estimular tais práticas.

Amplia-se a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos, em programas ou projetos que beneficiam não só os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, mas também, outros setores sociais.

Registre-se que desde 1977 é obrigatória na França, a elaboração do Balanço Social das empresas, com grande detalhamento dos padrões de atendimento aos trabalhadores.

Apresentá-los numa peça demonstrativa contribuirá para identificar a perfil social das empresas. Não gera novos encargos, nem novas cláusulas sociais, apenas expõe a realidade.

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações da empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compensação de gastos dos trabalhadores, ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, no campo das políticas sociais.

Além disso, contribuirá, fundamentalmente, como encorajamento à crescente participação das empresas na busca de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1997.

Deputada MARTA SUPLICY (PT-SP)

Deputada MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES (PT-RJ)

Deputada SANDRA STARLING (PT- MG)

**Propostas de Alterações ao Projeto de Lei no. 3.116/97, substituído pelo de No. 32/99**

Este projeto de Lei apresentado inicialmente pelas deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling acabou sendo arquivado em virtude do término das suas legislaturas, sendo que, atualmente foi apresentado novamente pelo deputado federal Paulo Rocha, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará.

O referido deputado, procurando dar coerência e praticabilidade em relação ao modelo proposto pelo Ibase e, em consonância com o Projeto de Lei, no. 3.116/97, que sugere a criação do Balanço Social para as empresas, propondo principalmente algumas alterações no Art. 3º, para torná-lo mais participativo e menos discriminatório para as entidades.

*II - Os empregados: número de empregados da própria empresa existente no início e no final do ano, número de empregados temporários existentes no início e no final do ano, bem como o total líquido de contrações para os dois itens durante o exercício social;*

**ANEXO B - Lei Municipal número 8.116 de 05/01/1998 – Porto Alegre - RS**

Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Balanço Social é um instrumento que afere os resultados dos fatos sociais realizados pelas empresas de pequeno, médio e grande porte, tanto no que diz respeito aos benefícios para seus empregados, quanto à comunidade a que estão vinculadas, no âmbito do Município de Porto Alegre.

Art. 2º. O Balanço Social será composto pelos seguintes indicadores:

I – folha de pagamento bruta = valor total da folha de pagamento, incluído os encargos sociais;

II – alimentação = restaurante, ticket-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

III – previdência privada = planos especiais de aposentadorias, fundações previdenciárias, complementações, benefícios aos aposentados;

IV – saúde = plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

V – educação = treinamento, programas de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca e outros gastos com educação e treinamento dos empregados;

VI – outros benefícios = seguros, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados;

VII – impostos = taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

VIII – contribuições para a sociedade = investimentos na comunidade, nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, defesa civil, educação, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, sem fins lucrativos;

IX - investimento em meio ambiente = reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação do meio ambiente;

X - número de empregados no final do período = número de empregados registrados no último dia do período;

XI – número de admissões durante o período = admissões efetuadas durante o período, especificando o número de homens e de mulheres, bem como a respectiva remuneração para a mesma função;

Art. 3º. O Balanço Social deverá ser apresentado por toda e qualquer empresa com sede em Porto Alegre, que tiver de 20 (vinte) empregados, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte.

Art. 4º. A empresa que apresentar o Balanço Social receberá da Câmara Municipal de Porto Alegre o Selo da Cidadania.

Parágrafo único – O selo da Cidadania de que trata o caput deste artigo será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º. O Poder executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário. “

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

5 de janeiro de 1998

Raul Pont - Prefeito

Esta Lei não torna obrigatória a apresentação do Balanço Social pelas empresas de Porto Alegre mas sim estimulam as instituições premiando anualmente, com o Selo da Cidadania, aquelas que o fizerem.

**ANEXO C - Lei Estadual número 11.440 de 18/01/2000 – Rio Grande do Sul**

Cria o Certificado de Responsabilidade Social – RS – para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Paulo Odone Ribeiro, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no parágrafo 7º. do artigo 66 da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Certificado Responsabilidade Social - RS - a ser conferido, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, às empresas e demais entidades com sede no Rio Grande do Sul que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul o seu Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte a de referido do Balanço.

Art. 2º. Para fins desta Lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresa e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e qual a relação com o meio ambiente.

§ 1º. O Balanço Social de que trata o caput será assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 2º. Os dados financeiros constantes do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º. A Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul tornará pública a relação das empresas que apresentam o Balanço Social, nos termos desta Lei, outorgando-lhes o Certificado de Responsabilidade Social - RS.

Parágrafo único. O Certificado de Responsabilidade Social – RS, de que trata o caput deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º. Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social – Destaque RS.

Parágrafo único. Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

I – impostos – taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II – folha de pagamento bruta – valor total da folha de pagamento, incluído os encargos sociais;

III – condições de trabalho – higiene e segurança de trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;

IV – alimentação – restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com alimentação dos empregados;

V – saúde – plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI – educação – treinamento, programa de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com

bibliotecas, e outros gastos com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;

VII – aposentadoria – planos especiais de previdência privada, tais como: fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios oferecidos aos aposentados;

VIII – outros benefícios – participação nos resultados econômicos, seguros, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;

IX – contribuições para a sociedade – investimentos na comunidade, nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;

X – investimentos em meio ambiente – reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem a conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

XI – número de empregados – número médio de empregados no exercício (registrados no último dia do período);

XII – número de admissões – admissões efetuadas durante o período;

XIII – políticas adotadas visando a diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais – a descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão social através da admissão social de idosos, deficientes físicos e outros, no seu quadro funcional.

Art. 5º. A mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Lei, constituirá comissão mista, com representantes de entidade da sociedade civil organizada para planejar o evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas como troféu responsabilidade Social – destaque RS.

Art. 6º. As despesas decorrentes da presente Lei, serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, à conta do orçamento da assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário. “

Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, 18 de janeiro de  
2000

Deputado Paulo Odone Ribeiro, Presidente

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON  
(ABTLUS)**

	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante		
Caixa e bancos	152.579,39	64.783,91
Aplicações financeiras	3.744.862,76	3.146.217,80
Estoques	134.606,45	110.110,40
Demais contas a receber	258.508,49	73.663,88
Despesas do exercício seguinte	17.326,61	143.044,75
Permanente		
Imobilizado	18.397.764,88	12.367.647,34
Total o ativo	<b>22.705.648,58</b>	<b>15.905.468,08</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante		
Fornecedores	157.092,71	66.648,36
Salários e encargos	604.435,47	584.606,58
Adiantamento de convênios	80.524,35	106.863,30
Demais contas a pagar	47.756,96	68.258,55
Patrimônio Social		
Patrimônio social acumulado no início do exercício	15.079.091,29	11.279.806,50
Doações patrimoniais	1.426.786,43	73.623,06
Superávit do exercício	5.309.961,37	3.725.661,73
Patrimônio social acumulado no início do exercício	21.815.839,09	15.079.091,29
Total do passivo e do patrimônio social	<b>22.705.648,58</b>	<b>15.905.468,08</b>

## APÊNDICE B - Demonstração do Superávit

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON (ABTLUS)

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	<b>2001</b>	<b>2000</b>
Subvenções federais	14.663.300,00	11.266.175,00
Serviços prestados	10.455,12	49.318,86
	<b><u>14.673.755,12</u></b>	<b><u>11.315.493,86</u></b>
Custo das atividades de pesquisa e dos serviços prestados	<b><u>6.432.966,32</u></b>	<b><u>4.870.634,28</u></b>
Superávit bruto	<b><u>8.240.788,80</u></b>	<b><u>6.444.859,58</u></b>
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	-3.709.359,51	-3.266.540,90
Despesas financeiras/tributárias	-415.130,22	-260.518,96
Receitas financeiras	906.429,05	487.649,06
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	105.582,34	117.691,98
Doações recebidas	198.335,27	202.520,97
	<b><u>-2.914.143,07</u></b>	<b><u>-2.719.197,85</u></b>
Superávit operacional	<b><u>5.326.645,73</u></b>	<b><u>3.725.661,73</u></b>
Despesas não operacionais	16.684,36	0
Superávit do ano	<b><u>5.309.961,37</u></b>	<b><u>3.725.661,73</u></b>

## APÊNDICE C - Planilha de esclarecimentos dos indicadores sociais

### ESCLARECIMENTOS SOBRE O PREENCHIMENTO DA BASE DE CÁLCULO, DOS INDICADORES MONETÁRIOS E DOS OUTROS INDICADORES SOCIAIS.

1. BASE DE CÁLCULO	
1.1) Subvenções recebidas	Recursos financeiros repassados pelo governo federal, para custeio das atividades, através do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.
1.2) Folha de pagamento bruta	Valor total da folha de pagamento
1.3) Outras receitas	Referem-se a doações obtidas por meio de convênios, principalmente através da Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP e pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX, rendimentos sobre aplicações financeiras, prestações de serviços, variação cambial etc.

4. INDICADORES MONETÁRIOS	
4.1) Auxílio monetário a pesquisadores	Refere-se ao Programa de Auxílio Financeiro a pesquisadores de Instituições Brasileiras, da América do Sul e do Caribe.
4.2) Bens desenvolvidos internamente	Refere-se a gastos com imobilizações em andamento, relativo a construção de equipamentos destinados a projetos de pesquisas e desenvolvimento.
4.3) Programa de bolsistas de verão	Esta relacionado a gastos para a manutenção do Programa de Bolsistas de Verão, onde anualmente são selecionados 12 estudantes para um estágio, onde é dada ênfase a pesquisa e à independência intelectual dos estudantes.

**5. OUTROS INDICADORES SOCIAIS**

5.1) Horas de luz síncrotron	Número total de horas-linha instalada, de luz síncrotron, destinada aos usuários para pesquisa científica.
5.2) Horas de microscópios	Número total de horas de operação dos microscópios disponibilizadas para os pesquisadores.
5.3) Pesquisadores que tiveram acesso aos laboratórios do Centro de Biologia Molecular	Refere-se a usuários colaboradores que tiveram acesso as instalações do CBME, por meio de projetos-pilotos, para desenvolvimento de suas pesquisas.
5.4) Publicações dos pesquisadores	Publicações em periódicos indexados de usuários externos e pesquisadores da instituição com a utilização da infraestrutura de pesquisa do LNLS.
5.5) Orientação a estudantes e pesquisadores	Número de estudantes e pesquisadores orientados por pesquisadores vinculados a ABTLuS.
5.6) Cursos oferecidos	Cursos a pesquisadores externos que foram oferecidos pela ABTLuS
5.7) Projetos usando luz síncrotron	Número de projetos científicos realizados por pesquisadores utilizando as instalações das linhas de luz.
5.8) Projetos usando micro e nanotecnologias	Número de projetos científicos realizados por pesquisadores utilizando os microscópios da instituição.
5.9) Visitantes recebidos	Refere-se a pessoas oriundas de colégios, universidades e eventos científicos, organizados por universidades e centros de pesquisa, que visitaram as instalações do LNLS, como parte destes eventos. Não inclui visitas de pesquisadores para contatos visando desenvolvimento de trabalhos conjuntos, nem inclui os pesquisadores que passaram pela instituição para utilizar a sua infra-estrutura.
5.10) Horas de treinamento de funcionários	Referem-se a quantidade de horas de treinamento da força de trabalho da ABTLuS.